

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharelado em História

Aluno: Antonio João Dias Prestes

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

*Pobre Guaíba, quem te vê, quem te viu. A degradação ambiental das praias de Porto Alegre, na
passagem dos anos 1960 para os 1970.*

Porto Alegre, novembro de 2009.

AGRADECIMENTOS

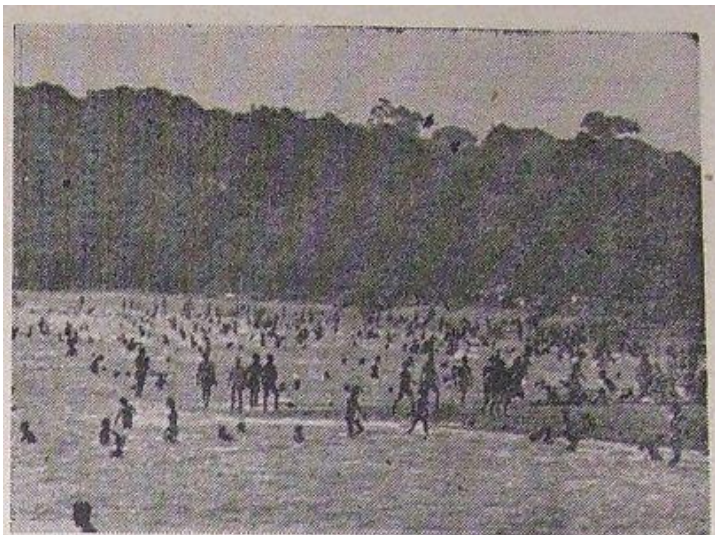
Agradeço a meus pais, Thereza e Luiz, pela inspiração, memória e incentivo, ao meu tio Clóvis, por suas informações e sugestões, e à minha família, Geísa, Marcela, Felipe e Fernanda, por seu apoio, sugestões e paciência ao longo deste trabalho e do curso de graduação.

Agradeço ao professor Luiz Alberto Grijó, por ter me acolhido como orientando neste trabalho de conclusão de curso, e por sua valiosa orientação, crítica construtiva e encorajamento, desde a elaboração do projeto de pesquisa, aos membros da banca, por sua atenção e sugestões, e aos professores do Curso de História da UFRGS, por sua inestimável contribuição nesta caminhada, *em busca do tempo perdido* (nunca é tarde para começar).

Agradeço aos funcionários de todas as instituições em que foi realizada a pesquisa: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Fototeca Sioma Breitman do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo, Divisão de Pesquisa do DMAE, Setor de Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Porto Alegre e Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellino, e, em especial, à historiadora Silvia Rita de Moraes Vieira, do AHPAMV, por sua atenção e sugestões para a pesquisa.

[...] as margens do lago são entulhadas de lixo. Apesar de ser o lago o único manancial de água potável, utilizado pela população, consentem que nele se faça o despejo das residências. (Auguste de Saint-Hilaire, 1822)

Com poluição os dez mil pescadores se retiram pouco a pouco. Nem protestam. As centenas de milhares de banhistas, inicialmente, procuram novas praias, até que não haja mais praias em lugar nenhum. (José Lutzemberger, 1972)



Porto Alegre, Praia de Ipanema, 1966 (Assis Hoffmann, *Zero Hora*)



Porto Alegre, 1973 (autor não identificado, *Folha da Tarde*)

RESUMO

Porto Alegre, embora distante mais de cem quilômetros da orla oceânica, já foi uma cidade de praia. O problema de pesquisa histórica a ser abordado neste TCC é o de levantar e avaliar as percepções e os impactos da degradação ambiental do Guaíba, com a perda das condições de balneabilidade de suas praias, no início dos anos 1970, bem como as iniciativas governamentais no sentido de enfrentar esta situação. Estas praias, embora intensamente utilizadas, não eram vistas pelos porto-alegrenses como algo de valor social significativo, sendo representadas nas fontes escritas, quase sempre, apenas como um substituto mais próximo e mais em conta do que as praias de mar. As elites sociais de Porto Alegre não foram capazes de se apropriar da orla do rio e de suas praias como um elemento da identidade urbana da capital, e estas já sofriam um processo de abandono antes mesmo do agravamento da poluição pelos esgotos não tratados. E a necessidade de sua interdição, a partir de 1973, não foi percebida como um problema grave, salvo por alguns segmentos, como o movimento ambientalista. A perda das praias do Guaíba, pela poluição, não significa, portanto, o fim de uma “era dourada” destruída pelo “progresso”, mas um sintoma do desequilíbrio ambiental, fruto de um determinado modo de vida, socialmente constituído. Somente a percepção de seus efeitos sobre o meio ambiente e sobre a qualidade de vida é que pode levar a um ponto de inflexão, na busca por um desenvolvimento mais equilibrado, que não leve à exaustão dos recursos naturais. Mas a memória de quando as praias do Guaíba eram desfrutadas pelos porto-alegrenses já foi bastante afetada pela demora no processo de sua recuperação.

Palavras-chave: Porto Alegre, praias do Guaíba, história cultural (lazer), história ambiental, degradação ambiental, saneamento básico, justiça ambiental.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. DISCUSSÃO TEÓRICA E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	11
1.1. Considerações a respeito das referências teóricas	11
1.2. Revisão bibliográfica	14
2. ANOS 1940 A 1960: PORTO ALEGRE, UMA CIDADE COM PRAIAS	19
2.1. O uso e a representação das praias no seu auge	19
2.2. Memórias de porto-alegrenses sobre o rio e as praias neste período	23
3. DESDE FINS DOS ANOS 1950, A CRISE: OCUPAÇÃO DESORDENADA DA ORLA E POLUIÇÃO DAS ÁGUAS	25
3.1. Nem praia nem avenida: a urbanização incompleta e desordenada da orla sul do Guaíba	25
3.2. Veraneio não é promessa: as praias desassistidas pelo poder público	28
3.3. A fauna e a flora do Guaíba recebem dos encanamentos uma fétida contribuição: uma cidade onde não se controla a poluição e falta saneamento básico	30
3.4. A perda das praias vista pela memória dos porto-alegrenses	37
4. ANOS 1970: A POLUIÇÃO DO GUAÍBA EM DISCUSSÃO	39
4.1. As discussões no âmbito político: o caso Borregaard e os planos do DMAE para os esgotos de Porto Alegre	39
4.2. Notícias e crônicas, mas não editoriais: os jornais frente à poluição das praias	42
4.3. As críticas dos ambientalistas: desde quando um rio tem capacidade ociosa para porcaria?	44
4.4. Na Porto Alegre das praias poluídas... : o protesto nas ondas do rádio	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
FONTES	50

INTRODUÇÃO

Pode parecer difícil de acreditar, especialmente para os mais jovens, que Porto Alegre, embora distante mais de cem quilômetros da orla oceânica, já tenha sido uma cidade de praia. As praias do Guaíba ¹, tanto na zona sul da capital gaúcha, como Ipanema, Belém Novo, Espírito Santo e Pedra Redonda, entre outras, quanto na cidade vizinha de Guaíba, na outra margem do rio, como Alegria, Florida e Vila Elsa, foram intensamente frequentadas pelos porto-alegrenses, desde muito cedo, mas em especial no período que vai dos anos 1940 ao início da década de 1970. A poluição vem impedindo o banho na quase totalidade destas praias de água doce, desde o final deste período, e, transcorridos quarenta anos, e uma sucessão de programas inacabados, conduzidos por governos estaduais e municipais de variadas orientações político-partidárias, o Guaíba ainda não foi restituído para o pleno uso da população.

Atualmente, vem sendo implantada a mais recente destas iniciativas, o Programa Integrado Socioambiental (PISA), conduzido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, desde 2007. Estima-se que a partir da conclusão do programa, prevista para 2012, ainda vão ser necessários mais quinze a vinte anos para a restauração plena das condições de balneabilidade do Guaíba, e apenas a partir da praia de Ipanema em direção ao sul.² Isto significa que, na melhor das hipóteses, apenas por volta de 2030 os porto-alegrenses poderão mais uma vez usufruir plenamente do rio e de suas praias, com o fim de uma privação de mais de setenta anos, e de muitas gerações.

¹ De acordo com o parecer de uma comissão de especialistas da área da geografia, o Guaíba apresenta as características de um lago, e não de um rio – ver MENEGAT, Rualdo, PORTO, Maria Luiza, CARRARO, Clóvis Carlos, FERNANDES, Luís Alberto Dávila (coord.). *Atlas Ambiental de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1998, p. 37, e ASSIS, Kleber Borges de. *O rio que não é rio*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1960, pp. 1-17. No entanto, por considerar a forte vinculação histórica existente com a sua denominação como um rio, que até hoje perdura entre a população de Porto Alegre, adotarei a mesma, como regra geral, ao longo deste trabalho. Embora a caracterização do Guaíba como um lago seja hoje consensual entre os especialistas, como os geógrafos e hidrólogos, algumas opiniões em contrário podem ser vistas, como, por exemplo, a de Geraldo Knippling, em seu artigo *Guaíba, rio não lago*, disponível em <http://www.popa.com.br/2009/CRONICAS/GuaibaxMenegat5-09.doc>, acessado em setembro de 2009.

² Este programa contempla investimentos da ordem de 500 milhões de reais, financiados pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), Caixa Econômica Federal e com contrapartida da própria prefeitura. Ele retoma as atividades de programas anteriores, como o Pró-Guaíba, interrompido devido a dificuldades financeiras do governo do estado do Rio Grande do Sul e da prefeitura de Porto Alegre, e tem como objetivo, por meio de diversas obras de saneamento, elevar de 27% para 77% a capacidade de tratamento dos esgotos cloacais despejados no Guaíba, até o ano de 2012, com reflexos positivos imediatos para o sistema de abastecimento de água potável para Porto Alegre. Ver: PISA – Programa Integrado Sócio Ambiental, disponível em <http://www.skyscraperlife.com/infra-estrutura-e-transporte/14450-porto-alegre-rs-pisa-programa-integrado-socio-ambiental.html>, acessado em março de 2009.

A degradação ambiental dos rios, lagos, baías, e, em menor grau, das costas oceânicas abertas, junto às áreas urbanas, resultante da poluição de suas águas e da ocupação indiscriminada de suas margens, vem sendo uma realidade bastante generalizada, decorrente dos processos de industrialização e de acelerado crescimento demográfico que ocorreram nos últimos dois séculos. É um fenômeno agudo e persistente em países que apresentam desequilíbrios estruturais em seu desenvolvimento econômico, com grandes carências sociais, dificuldades de financiamento do setor público, e, não menos importante, com distribuições altamente desiguais de renda e mecanismos deficientes de participação popular nas instâncias políticas de decisão, como ainda acontece no Brasil. Em nosso país, ocorreu a degradação dos recursos hídricos de grande parte das regiões metropolitanas, em maior ou menor grau, sendo este o caso, entre outros, do rio Tietê, na cidade de São Paulo, ainda hoje praticamente sem vida, da maior parte da baía de Guanabara, e da lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, de parte da baía de Todos os Santos, em Salvador, dos rios que atravessam a cidade do Recife, como o Capibaribe, da baía de Guajará, em Belém, do lago Paranoá, em Brasília, e da lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte.

Este é o caso, também, do Guaíba, especialmente na margem esquerda, que banha a capital gaúcha, e de alguns de seus afluentes, especialmente os rios dos Sinos e Gravataí, que percorrem cidades da Grande Porto Alegre, como Novo Hamburgo, São Leopoldo e Canoas, em áreas com forte densidade industrial e populacional. A degradação do Guaíba não foi tão intensa quanto a que ocorreu nos rios que atravessam a Grande São Paulo, uma vez que o rio ainda consegue abastecer de água, após o devido tratamento, os moradores da cidade, a pesca, embora com muitas restrições, ainda é possível, e as atividades esportivas do remo e da vela – mas não a natação – ainda são praticadas em suas águas.³ Ainda assim, vem tendo muito impacto sobre os moradores da cidade e sua região, que tem, em geral, e corretamente, a imagem de um Guaíba

³ Uma avaliação recente das condições das águas do Guaíba e de seus principais formadores, junto ao Delta do Jacuí, quanto às concentrações de seus principais poluentes e às suas condições de balneabilidade, pode ser vista em relatório técnico apresentado por especialistas do Departamento Municipal de Água e Esgotos de Porto Alegre, e da PUCRS, no XXVII Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental, realizado em dezembro de 2000, em Porto Alegre. BENDATI, Maria Mercedes et. al. V-076 - Avaliação da qualidade da água do lago Guaíba (Rio Grande do Sul, Brasil) como suporte para a gestão da bacia hidrográfica, disponível em <http://www.asegergs.org.br/biblioteca/saneamento-basico/avaliacaoagua>, acessado em setembro de 2009. Com respeito à degradação ambiental do Guaíba, ver também: BERTÉ, Ana Maria de Aveline. Problemas ambientais no Rio Grande do Sul: uma tentativa de aproximação, pp. 71-83, BASSO, Luís Alberto. Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul, pp. 90-100, e ROSSATO, Maíra Suertegaray, DA SILVA, Dakir Larara Machado. A reconstrução da paisagem metropolitana de Porto Alegre: o tempo do homem e a degradação ambiental da cidade, pp. 107-124. In: VERDUM, Roberto, BASSO, Luís Alberto, SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (org.). *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

poluído, além de pouco acessível à população, embora belo como paisagem, especialmente pelo seu admirado pôr-do-sol.

O problema de pesquisa

Este trabalho de conclusão do curso de História (TCC) busca ser um desdobramento da temática abordada anteriormente por mim, na disciplina de Técnica de Pesquisa Histórica-II, no ano de 2007, a relação dos moradores de Porto Alegre com o Guaíba, sua orla e praias. Neste trabalho, com o título de “*Porto Alegre em tempo de praia. A cidade e as praias do Guaíba, entre os anos 1940 e o início dos anos 1970*”,⁴ procurei explorar o imaginário dos porto-alegrenses sobre as praias, durante a época em que ocorreu a sua mais intensa utilização, principalmente através de sua representação na imprensa do período (*Revista do Globo* e jornais). Esta pesquisa mostrou que as praias eram vistas, na maior parte das vezes, apenas como uma opção para quem não tivesse tempo ou recursos para ir ao litoral marítimo do estado, durante o forte verão na capital.

A mesma temática é examinada, aqui, por outro ângulo, e dentro de outro recorte temporal, centrado no período em que a poluição do rio se intensificou, a partir dos anos 1960, a ponto de levar as autoridades sanitárias a proibirem o banho nas praias urbanas de Porto Alegre e Guaíba. O período, marcado pelo despertar de uma consciência ambientalista em nível mundial, correspondeu também ao auge da ditadura civil-militar no Brasil. Este se caracterizou pela supressão das liberdades democráticas, restrição ao funcionamento dos parlamentos e de sindicatos e associações, e pela busca do crescimento econômico a qualquer preço, na linha do chamado “milagre brasileiro”. A política econômica então praticada pelo governo brasileiro conduziu ao aumento das desigualdades sociais, à intensificação do êxodo rural, com a superpopulação das grandes metrópoles, e a uma intensificação do ataque aos recursos naturais. Este ataque se deu tanto através de uma política de industrialização carente de maiores cuidados com os seus impactos ambientais (“a pior poluição é a da pobreza”, era o argumento esgrimido pelos representantes do Brasil e de outros países definidos como “em desenvolvimento” na Primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, realizada pela ONU em Estocolmo, Suécia, no ano de 1972), quanto com o aumento no ritmo da devastação de grandes áreas do

⁴ PRESTES, Antonio João Dias. *Porto Alegre em tempo de praia. A cidade e as praias do Guaíba, entre os anos 1940 e o início dos anos 1970*. Porto Alegre: 2007 (monografia, curso de graduação em História, UFRGS, não publicada).

cerrado e da floresta amazônica, com o seu uso para a criação de gado e o plantio de soja.⁵ Mas este contexto não impediu, como mostram estas mesmas fontes, a mobilização da sociedade porto-alegrense e gaúcha, com amplo apoio da imprensa, no sentido de pressionar o governo do Rio Grande do Sul a obrigar a Borregaard, fabricante de celulose instalada na cidade de Guaíba, na margem oposta do rio, a instalar sistemas de tratamento para seus poluentes gasosos e hídricos. Esta fábrica, com suas emanções de gases mal-cheirosos por sobre quase toda a capital gaúcha, representava, deve-se ressaltar, um incômodo muito mais direto para os porto-alegrenses do que a poluição das praias, para a qual também contribuía, e era vista, de certa forma, como um símbolo da degradação ambiental do Guaíba.

No entanto, o exame dos jornais de Porto Alegre, fonte consultada para o trabalho anterior, pareceu mostrar que, num intervalo de menos de dez anos, as praias, até então consideradas um local completo de lazer, inclusive para o banho, passaram a ser vistas, com naturalidade, como apenas um local para passeios. Este exame inicial indicou que a degradação das praias parece ter sido vista pelos porto-alegrenses com considerável resignação.

O problema de pesquisa histórica a ser abordado neste TCC, assim, é o de levantar e avaliar as percepções e os impactos, para os diversos segmentos sociais de Porto Alegre e região, da degradação ambiental do Guaíba, com a perda das condições de balneabilidade de suas praias urbanas, ao final da década de 1960 e início dos anos 1970, bem como as iniciativas governamentais então tomadas no sentido de enfrentar esta situação.

Justificativa

A relevância da pesquisa proposta se prende, em primeiro lugar, ao fato de ser bastante escassa a produção acadêmica existente sobre o tema, até o momento. A revisão bibliográfica realizada indicou a existência de obras com bastante relevância e atualidade tratando da temática dos impactos ambientais decorrentes dos processos de urbanização em grandes metrópoles

⁵ Com relação ao Brasil no período da ditadura presidida pelos militares, entre 1964 e 1985, pode ser citado, entre outros, FERREIRA, Jorge, e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (vol. 4). A aplicação da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, formulada pelos teóricos da Escola Superior de Guerra (ESG), entre os quais se destacavam os generais Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel, com seus desdobramentos no modelo de crescimento econômico e decorrentes impactos ambientais, é abordada por RONCAGLIO, Cynthia. *Emblema do patrimônio cultural no Brasil: a natureza como artefato cultural*. Curitiba: UFPR / PPG em Meio Ambiente e Desenvolvimento – habilitação em Metodologia e Epistemologia Ambiental, 2007 (tese de doutorado), pp. 49-50 e 104-117. Nesta tese, a autora cita, com relação à Doutrina de Segurança Nacional, a obra de ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984, pp. 48-50 e 162.

brasileiras, como São Paulo e o Rio de Janeiro, tanto na área da história como em outras disciplinas, como o urbanismo. No caso específico de Porto Alegre, no entanto, embora exista uma produção acadêmica significativa nas áreas da história cultural e social, ainda existem poucos trabalhos abordando esta temática ambiental, sendo que a grande parte desta historiografia tem a sua abrangência limitada aos bairros da zona sul, como Belém Novo, não chegando a explorar o significado dos balneários para a cidade como um todo. Ao lado disso, um trabalho de pesquisa histórica que evidencie o intenso uso social de que o Guaíba e suas praias urbanas já foram objeto, no passado recente, pode servir como um elemento relevante no sentido de auxiliar num processo de resgate da memória, visando informar a comunidade com respeito ao valor da recuperação plena desta paisagem para os habitantes de Porto Alegre e de sua região metropolitana.

Objetivos

O trabalho irá considerar um recorte temporal compreendido entre o início dos anos 1960, quando começa a se evidenciar o problema da poluição do Guaíba e de suas praias em Porto Alegre, e a metade da década seguinte, quando são lançadas as primeiras iniciativas públicas para a despoluição do rio. Desde então, mais de trinta anos já transcorreram, nos quais houve mudanças significativas no contexto social e político brasileiro, em especial o retorno do país à democracia política, e diversas iniciativas para mitigar este problema foram tomadas. Mas a importância do período considerado é crucial, uma vez que a perda de continuidade nas relações entre os moradores de Porto Alegre e o rio, que nele ocorreu, ainda se mantém, e tem seus reflexos, em especial na perda da memória popular sobre esta convivência, a qual contribui para inibir as demandas pela plena recuperação do Guaíba e suas praias. A partir destas considerações, podem ser vislumbrados entre os objetivos deste trabalho o levantamento e análise dos seguintes aspectos: (i) como o tema da degradação do Guaíba e de suas praias urbanas foi tratado na imprensa periódica; (ii) a existência de iniciativas públicas no sentido de buscar a recuperação do rio e de suas praias, ou de mitigar a sua degradação, nos âmbitos dos poderes executivos e legislativos do estado do Rio Grande do Sul e do município de Porto Alegre; (iii) a atuação de entidades da sociedade civil, em especial das entidades não-governamentais de defesa do meio-ambiente, então em seus estágios iniciais de constituição; e, (iv) os testemunhos, representativos, de pessoas que viviam em Porto Alegre no período, de modo a complementar e matizar as informações a serem obtidas das fontes da imprensa periódica da época.

1. DISCUSSÃO TEÓRICA E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1.1. Considerações a respeito das referências teóricas

O tema proposto, e seu problema específico de pesquisa, acima mencionados, perpassam várias áreas da história, como as da história cultural, da história social e a área relativamente nova da história ambiental, além da área do patrimônio histórico e cultural. Pode envolver, além disso, contribuições e interfaces com outras disciplinas e áreas de conhecimento, tais como a geografia, a antropologia e a educação ambiental e patrimonial. O seu fio condutor, no entanto, deve estar na resposta às questões levantadas pelo problema de pesquisa, implicando, isto, em centralizar a investigação nos aspectos mais propriamente concernentes à disciplina da história.

A relação do problema de pesquisa com a área da história cultural passa pela questão do valor das representações, enquanto mediação com o real, e enquanto expressão do valor atribuído por segmentos de uma sociedade ou população a determinadas instituições, bens ou patrimônios a estas pertencentes.⁶ Neste sentido, os dados levantados na consulta às fontes utilizadas para o primeiro trabalho, a monografia “*Porto Alegre em tempo de praia. A cidade e as praias do Guaíba, entre os anos 1940 e o início dos anos 1970*”,⁷ não indicaram uma presença expressiva das praias do Guaíba na representação sobre Porto Alegre, pois o uso intenso das praias não se refletia, aparentemente, no imaginário dos porto-alegrenses.

Na área da história social, pelo menos dois aspectos podem ser considerados, por sua relação com o problema proposto. O primeiro refere-se ao papel das atividades de lazer, cujo valor social, e suas limitações materiais, tendiam a ser bastante diferenciados entre os vários segmentos e classes sociais. Deste modo, e numa primeira aproximação, com base nas fontes escritas do período abordado, o uso das praias do Guaíba teria um significado e um alcance muito mais intensos para as camadas com menores recursos econômicos da sociedade porto-alegrense

⁶ Uma apresentação e breve discussão acerca das principais abordagens que tem sido utilizadas na área usualmente definida como história cultural podem ser vistas em HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, pp. 1-29 (Apresentação: história, cultura e texto). A autora discorre sobre as contribuições de historiadores como E.P. Thompson, representante de uma corrente marxista não ortodoxa, e Roger Chartier, representante da quarta geração dos *Annales*, influenciado pelo sociólogo Pierre Bourdieu, bem como do filósofo Michel Foucault e do antropólogo Clifford Geertz. Um ponto em comum que pode ser encontrado entre estes autores, com diversas abordagens, consiste no reconhecimento de que as instâncias cultural e sócio-econômicas mantêm entre si relações mais íntimas do que simplesmente as de causa e efeito. Esta posição se contrapõe tanto a uma visão marxista “clássica” (papel determinante da base sócio-econômica) quanto a uma visão oposta, apresentada por alguns autores da “história das mentalidades”.

⁷ As fontes utilizadas neste trabalho foram a *Revista do Globo*, que circulou entre 1929 e 1967, e os jornais de Porto Alegre do período estudado, como o *Correio do Povo*, a *Folha da Tarde* e a *Zero Hora*.

do que para os mais favorecidos, dentre os quais apenas uma parte utilizava-se do rio, e basicamente como um local para a prática da navegação esportiva e de lazer.

Ao lado disso, a preservação ambiental não representava um interesse específico de um grupo ou camada social, e tampouco era vista, no período em análise, como sendo um valor estratégico, face ao que eram pensadas então – e, de certo modo, ainda hoje – como demandas muito mais prementes, entre as quais a busca pelo crescimento econômico, entendido como capaz de gerar empregos e reduzir as carências sociais. Isto poderia explicar porque a defesa das condições ambientais do Guaíba não fora objeto de uma mobilização social e política mais intensa, sendo conduzida, em grande parte, apenas pelo movimento ambientalista, então ainda incipiente.⁸ Mas estas primeiras visões necessitam ser matizadas, com o recurso a testemunhos de quem viveu na cidade durante este período. Isto porque a imprensa da época dificilmente poderia dar conta de todos os modos de pensar e representações então existentes sobre a degradação do Guaíba e de suas praias, considerando-se os diversos segmentos e camadas sociais, com diferentes posições na hierarquia social, e, assim, com variados graus de envolvimento com as praias e com a questão ambiental.

A história ambiental, por sua vez, é uma área de estudos que veio a se definir, de forma estruturada, mais recentemente, a partir de trabalhos de historiadores de países de língua inglesa. De forma bem ampla, esta nova área pode ser caracterizada pela ênfase que coloca no fato de que

⁸ Um histórico sobre a atuação do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul, nas décadas de 1970 e 1980 pode ser visto em: SOARES, Vânia Fonseca. *A Abertura Política e os Movimentos Sociais em Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS / PPG em História, 2002 (dissertação de mestrado), pp. 41-46 e 79-94. Uma das primeiras organizações não-governamentais voltadas para a causa da preservação ambiental no Brasil, a AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural) foi criada em 1971, sob a liderança de José Lutzemberger, um engenheiro agrônomo que deixara uma carreira na indústria química ao dar-se conta dos efeitos desastrosos do uso indiscriminado de pesticidas e outros agrotóxicos no meio ambiente, Augusto Carneiro, ex-militante comunista e Caio Lustosa, advogado, entre outros. O movimento ambientalista é parte de uma série de “novos movimentos sociais”, surgidos nas últimas décadas do século 20, frente às novas realidades decorrentes do aprofundamento da globalização econômica capitalista, da crise ambiental decorrente do esgotamento do modelo de crescimento econômico permanente, das mudanças nas relações de gênero, com a crescente emancipação econômica das mulheres e do esfacelamento do “socialismo real” na União Soviética e seus satélites do leste europeu. O conceito de “novos movimentos sociais” é empregado pela autora, que, tomando como base, entre outros, TOURAINE, Alain. *El post-socialismo*. Madrid: Editorial Planeta, 1982, os caracteriza como movimentos próprios das sociedades industriais avançadas, e com motivações de fundo mais abrangente, diferentemente de movimentos reivindicativos de base social mais estrita, como o sindical (Idem, pp. 34-36). A crise ambiental decorrente da intensificação e esgotamento do modelo de crescimento econômico intensivo vigente a partir da revolução industrial é avaliada pelo historiador Eric Hobsbawm como um dos principais desafios a serem enfrentados pela humanidade no século 21. HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 257-258, 530-531, 547 e 556.

as sociedades humanas estão inseridas na natureza, e na existência de interações recíprocas entre estes dois agentes, através de mecanismos de “co-evolução”, trazendo, como pressuposto, que os fatos ecológicos são indissociáveis dos fatos sociais, sendo, como estes, em última análise, históricos,⁹ e, ao lado disso, como decorrência metodológica, na necessidade de uma interdisciplinaridade muito maior da história com outras ciências, não apenas na área das humanas, mas também das chamadas ciências da natureza.¹⁰

A emergência da história ambiental, como uma linha autônoma de estudos no âmbito da história, só vem a ocorrer, no entanto, a partir das últimas décadas do século 20, e está ligada ao contexto da grande crise ambiental, que se evidencia na passagem dos anos 1960 para os 1970, levando ao florescimento dos movimentos ambientalistas, e, às primeiras iniciativas intergovernamentais a este respeito, como a Conferência de Estocolmo.¹¹ No Brasil, sua introdução nos meios acadêmicos foi realizada há algum tempo, cabendo citar o artigo publicado por José Augusto Drummond, em 1991, *História Ambiental: Temas, Fontes e Linhas de Pesquisa*. Neste trabalho, o autor relacionou as principais direções temáticas que vinham sendo

⁹ MARTINS, Marcos Lobato. *História e meio ambiente*. São Paulo: Annablume / Faculdades Pedro Leopoldo, pp. 17-31.

¹⁰ De acordo com o historiador norte-americano Donald Worster, um dos seus primeiros formuladores, a história ambiental pretende representar-se como uma ruptura em relação a uma visão das ciências humanas, em suas várias correntes (não somente a marxista) na qual as influências do meio natural sobre as sociedades humanas tendiam a ser fortemente subestimadas, como uma reação à extremada visão determinista da maior parte do pensamento científico ocidental no século 19, que usava este determinismo geográfico e biológico para justificar a dominação européia e branca do mundo. WORSTER, Donald *apud* DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n° 8, 1991, pp. 178-180, <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/84.pdf>, acessado em setembro de 2007. No entanto, o papel da natureza e das influências mútuas entre as sociedades e o meio-ambiente tem estado presente no pensamento e nas obras de muitos historiadores, de diversas correntes e filiações teóricas, como é o caso da Escola dos *Annales*. Isto é especialmente verdadeiro para os representantes da primeira geração dos *Annales*, como Marc Bloch e Lucien Febvre, que sofreram forte influência de Paul Vidal De La Blache, e sua geografia humana centrada no possibilismo, ou seja, na influência do meio-ambiente sobre o homem como um fator importante, mas não determinante, na configuração e evolução das paisagens e dos “gêneros de vida”, e da sua segunda geração, como Fernand Braudel, que colocou o Mar Mediterrâneo como o “protagonista principal” de sua maior obra, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, e todos estes autores assinalaram a estabilidade dos espaços regionais e a grande escala temporal necessária para modificá-los, uma realidade, porém, que vem sendo alterada dramaticamente a partir da revolução industrial e tecnológica (MARTINS, Marcos Lobato, op. cit., pp. 20-22 e 40-41). Também Karl Marx não deixava de ver o homem como parte integral da natureza, “o homem vive da natureza, isto é, a natureza é o seu corpo” (MARX, Karl. *Early Writings*. Nova York: Vintage, 1975, p. 328 *apud* MARTINS, Marcos Lobato, op. cit., p. 19). Entre os brasileiros, as obras de Sérgio Buarque de Holanda e de Caio Prado Júnior, o primeiro dialogando com os *Annales*, e o segundo, marxista, já davam conta do papel importante das interações entre sociedade e natureza na formação histórica do Brasil (DUARTE, Regina Horta. *História & natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, pp. 88-92). A autora cita *Monções* (1945) e *Visão do paraíso* (1954), de Sérgio Buarque de Holanda, e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior.

¹¹ MARTINS, Marcos Lobato, op. cit., pp. 13-14.

seguidas nos trabalhos de história ambiental.¹² Para a pesquisa sobre o problema aqui proposto, a direção temática mais pertinente parece ser a que trata dos valores culturais coletivos relativos à natureza e ao meio-ambiente. Esta não se distingue muito, na verdade, das abordagens normalmente utilizadas por historiadores sociais e da cultura. Como exemplos de autores que exploraram este viés da história ambiental podem ser citados Simon Schama, em *Paisagem e memória*, e Alain Corbin, em *O território do vazio. A praia e o imaginário ocidental*.¹³

1.2. Revisão bibliográfica

Na historiografia sobre Porto Alegre, é bastante escasso o material publicado sobre a temática das relações da sociedade com o Guaíba. Nesta produção, tem-se dado maior ênfase às funções do rio na defesa da cidade, no seu abastecimento e nos transportes, e, algumas vezes, às manifestações populares como as festas de Nossa Senhora dos Navegantes, com suas procissões fluviais, além do registro da vida nas comunidades de pescadores das ilhas vizinhas do Delta do Jacuí. A grande enchente de 1941, que levou ao alagamento de boa parte do centro da cidade e de importantes bairros, como Menino Deus e Navegantes, suscitando a implantação de obras para o combate às cheias, como o aterro da enseada da Praia de Belas, o sistema de diques e de estações de recalque, e o polêmico muro na Avenida Mauá, que isolou o centro da cidade do cais do porto, também é freqüentemente abordada. Mas o registro da utilização das praias fluviais para o banho e da sua orla como espaços públicos para a diversão e lazer dos habitantes de Porto Alegre é quase inexistente nesta produção historiográfica, fato que talvez seja sintomático, em si mesmo, da baixa identidade, ao menos das camadas mais influentes da sociedade, com a visão de Porto

¹² DRUMMOND, José Augusto, op. cit., pp. 189, <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/84.pdf>, acessado em setembro de 2007. De acordo com o autor, estas linhas temáticas seriam: (a) origens e efeitos de políticas ambientais e da “cultura” científico-administrativa de organismos governamentais com responsabilidade sobre o meio-ambiente; (b) usos conflitivos de recursos naturais por povos com diferenças culturais acentuadas, ou por grupos sociais distintos dentro de sociedades complexas; (c) valores culturais coletivos relativos à natureza e ao meio-ambiente (incluindo práticas e saberes); (d) idéias de personalidades destacadas, como escritores ou militantes ambientalistas, sobre a natureza e as questões ambientais; (e) casos notáveis de degradação ambiental.

¹³ SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, e CORBIN, Alain. *O território do vazio. A praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Schama buscou correlacionar a inclinação de uma sociedade pelo respeito à natureza, ainda que não somente à “original”, intocada pelo homem, mas também, e muito, à paisagem por ele transformada, à sua experiência histórica concreta de interação com a mesma, no sentido de ser necessário conhecer em profundidade o ambiente em que se vive para poder respeitá-lo. Corbin, por sua vez, empreendeu o estudo dos usos, das sensibilidades, do imaginário, e das relações de convivência dos povos ocidentais com o mar e suas praias, com todo o processo radical de mudança por que passaram desde o período do Renascimento até o século 19, mostrando ser esta nova sensibilidade, de certa forma, uma reação a um estilo de vida crescentemente emparedado nas grandes cidades e nas rotinas estressantes da economia capitalista industrial.

Alegre como uma cidade praiana, senão litorânea. Podem ser citadas, neste sentido, três obras, nas quais a presença da atividade praiana aparece de forma extremamente episódica, quais sejam, *Porto Alegre: Guia Histórico*, de Sérgio da Costa Franco, *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*, coordenado por Sandra Jatahy Pesavento, e *Porto Alegre – de aldeia a metrópole*, de Luiz Carlos da Cunha Carneiro e Rejane Penna. No primeiro, em forma de dicionário com verbetes, as praias são citadas brevemente apenas enquanto bairros da cidade (mesmo assim, nem todas), enquanto que os dois últimos, com extensas observações sobre a vida social e cultural da cidade, reservam apenas um ou dois parágrafos sobre o tema.¹⁴ Ao lado destes, *Crônica de um rio* é um interessante trabalho que aborda a relação dos porto-alegrenses e gaúchos com o Guaíba ao longo da história, mostrando a presença do rio no imaginário, através da literatura, e as atividades de esportes e lazer na sua orla, ilustradas com fotografias.¹⁵

Existe, por outro lado, uma produção historiográfica de cunho mais local e memorialístico, sobre os bairros balneários da zona sul de Porto Alegre, como *Revelando a Tristeza*¹⁶, de Roberto Pellin, e a *História dos bairros de Porto Alegre*¹⁷, produzida pela Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre. Conquanto apresente dados muito interessantes sobre estes espaços, a mesma não permite ter-se uma visão destes a partir da cidade como um

¹⁴ No segundo com uma clara referência aos banhos como lazer dos mais pobres, em contraposição ao uso do rio pelos mais favorecidos para a vela e o remo, e, no último, uma referência ao período final do século 19, com os banhos da elite na orla central da cidade, e outra já aos anos 1950 e 1960, no contexto do processo de poluição do rio e de crescimento da cidade para os novos bairros da zona sul: (i) FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1988, pp. 44-45, 66-67, 329-332 e 409-410. Verbetes relativos, respectivamente, à antiga praia do Arsenal (na ponta da península central, hoje a região da Usina do Gasômetro), Belém Novo, Praia de Belas e Tristeza; não são mencionadas as praias de Ipanema, Guarujá e Pedra Redonda.

(ii) PESAVENTO, Sandra Jatahy. (coord.). *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991, p. 72. Aqui, a referência aos banhos no Guaíba pelas camadas mais populares da capital gaúcha é localizada no período entre 1920 e 1945: “As elites locais [...] investiam na ‘glamourização’ da cidade, freqüentando bailes e festas do Clube do Comércio; sessões de cinema, divertindo-se no Jockey Club e no Yacht Club [...] Já os menos favorecidos não acompanhavam essa visão da cidade. De forma diferente, eles se encontravam nas rinhãs de galo e nas casas de batuque [...] nos carnavais de rua; nos cafés no subúrbio e no Mercado Público, nos botequins da Ilhota, nos banhos no Guaíba e na festa de Navegantes [...]”. (iii) CARNEIRO, Luiz Carlos da C., PENNA, Rejane. *Porto Alegre – de aldeia a metrópole*. Porto Alegre: Marsiaj Oliveira; Oficina da História, 1992, p. 82 e 143. Trecho nesta página: “A cidade ainda tinha balneários às margens do Guaíba, já em franco processo de poluição, mas ainda longe de transformá-lo em cloaca imprestável.”

¹⁵ CARVALHAL, Tania Franco, TIMM, Edgar e TIMM, Liana. *Crônica de um rio*. Porto Alegre: Riocell, 1987. O texto é da professora de teoria literária Tania Franco Carvalhal, com fotografias de Edgar Timm e ilustrações de Liana Timm, arquitetas. A obra apresenta fotografias de banhistas nas praias do Guaíba, bem como de praticantes do remo, nos anos 1930, retiradas de acervos familiares (pp. 24-25).

¹⁶ PELLIN, Roberto. *Revelando a Tristeza*. Porto Alegre: Ed. do autor, 1979 (Vol. 1) e 1996 (Vol. 2).

¹⁷ CENTRO DE PESQUISA HISTÓRICA / Coordenação de Memória Cultural / Secretaria Municipal de Cultura / Prefeitura Municipal de Porto Alegre. *História dos bairros de Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre,

(http://www.lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/historia_dos_bairros_de_porto_alegre.pdf, acessado em abril de 2007), pp. 11-13, 31-34, 40-41, 47-48, 60-61, 79-83, 105-109.

todo, servindo mais como fonte do que como referência bibliográfica. Mas a evolução histórica dos bairros balneários da zona sul de Porto Alegre, em suas relações com a cidade, é tratada no livro sobre Belém Novo, da série *Memória dos Bairros*¹⁸, editada pela Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre. Neste trabalho é abordado todo o processo de criação e consolidação da atividade balneária neste bairro distante cerca de 25 quilômetros do centro de Porto Alegre, entre as décadas de 1930 e 1950, seguido de sua decadência, nas duas décadas seguintes, em grande parte devida à crescente poluição do rio, mas também a outros fatores, como o crescimento das periferias pobres da capital, e o acesso facilitado ao litoral marítimo do estado. Para tanto, seus autores, entre os quais o historiador Érico Pinheiro Fernandez, recorrem a um grande número de testemunhos de moradores e antigos veranistas do local. Deste autor, há também um artigo sobre o mesmo tema, em *Porto Alegre em destaque: história e cultura*.¹⁹ O recurso à história oral é uma opção teórico-metodológica bastante efetiva, nestes trabalhos, conseguindo ultrapassar os limites da historiografia mais comum sobre a cidade. Esta era muitas vezes fixada nos grandes personagens políticos, como os seus fundadores, ou como os grandes intendentos (prefeitos) da era de Borges de Medeiros, ou, mesmo quando focada nos aspectos sociais e culturais, tendia a esquecer-se da grande diversidade de cenários de Porto Alegre, que dava espaço, inclusive, a estas vivências praianas. Estas se caracterizavam não apenas pelo banho dos veranistas, mas também por várias outras atividades, como a pesca, generosa, que era feita tanto por alguns destes quanto por muitos moradores permanentes do local, que se organizavam em colônias, e tinham nela um importante meio de subsistência e renda, tal como ocorria nas ilhas do Delta do Jacuí.

Uma parte da produção acadêmica recente, tanto no campo da história quanto de outras disciplinas, como o urbanismo, tem focado o desenvolvimento urbano de Porto Alegre no século 20, incluindo as relações da cidade com o Guaíba, mas também nela o tema do uso das praias não tem sido abordado. Cabe mencionar as obras seguintes: *Rio-centro*²⁰, dissertação de

¹⁸ CRUZ, Cassius Marcelus, FERNANDEZ, Érico Pinheiro e GOMES, Rodrigo de Aguiar. *Belém Novo (Memória dos Bairros)*. Porto Alegre: UE / Secretaria Municipal da Cultura, 2000.

¹⁹ FERNANDEZ, Érico Pinheiro. Zona Sul de Porto Alegre: pensar hoje o que será ontem. In: DORNELLES, Beatriz (org.). *Porto Alegre em destaque: história e cultura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, pp. 245-270.

²⁰ BULHÕES, Thiago Muradas. *Rio-centro*. Porto Alegre: UFRGS / PPG em Arquitetura, 2004 (dissertação de mestrado), pp. 50-52. Focado no tema da reconversão da área do antigo cais do porto para atividades culturais e de lazer, o trabalho explicita um dado interessante: o afastamento da grande parte da população da capital da orla praiana, em função da distância geográfica e da centralização do sistema de transporte urbano no perímetro central da cidade. O autor comenta a situação de relativo isolamento dos moradores da cidade, exceto os da zona sul, em

mestrado em arquitetura de Thiago Muradas Bulhões, *Cidade fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos – Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930*, tese de doutorado em história de Zita Rosane Possamai, e *A cidade em busca da modernidade: fotorreportagens sobre Porto Alegre na Revista do Globo (1950-1960)*, de Charles Monteiro.²¹ Em outro trabalho acadêmico recente, a dissertação de mestrado em história de Vânia Fonseca Soares, *A abertura política e os movimentos sociais em Porto Alegre (1979-85)*, são abordadas as iniciativas dos ambientalistas em Porto Alegre, como parte de um conjunto de movimentos sociais no período da abertura democrática, durante o último governo do regime militar, entre 1979 e 1985.²²

Cabe mencionar, finalmente, a existência de duas obras que abordam a problemática da degradação ambiental nas duas maiores metrópoles brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro. Sobre a capital paulista, há o livro do historiador Janes Jorge, *Tietê, o rio que a cidade perdeu – São Paulo: 1890 a 1940*, que trata, dentro de um enfoque que alia a história social à ambiental, do processo de degradação do rio Tietê, intensamente utilizado até meados do século 20, para o lazer e os esportes dos paulistanos, mas também para a subsistência de suas camadas mais pobres, com o uso de suas margens e várzeas para a pesca e a caça.²³ Sobre o Rio de Janeiro, há uma tese de doutorado em urbanismo, *A (in) sustentabilidade da metrópole contemporânea. O programa de despoluição da Baía de Guanabara sob a ótica das interseções entre “justiça ambiental” e “projeto ecológico”*, de Victor Andrade Carneiro da Silva²⁴. Esta obra analisa os impactos

relação ao Guaíba, apontando, também, para o fato de que, mesmo na zona sul, à exceção de Ipanema, Guarujá e parte de Vila Assunção, boa parte da orla não está diretamente acessível à população.

²¹ Estes dois trabalhos trazem outra constatação interessante: a orla fluvial, com as praias da zona sul da cidade, esteve praticamente ausente do registro fotográfico de Porto Alegre, enquanto paisagem urbana, ao longo das décadas de seu maior crescimento, entre 1920 e 1970, em grande contraste com o destaque dado à verticalização do centro da cidade, às novas avenidas e viadutos, aos parques, aos novos bairros residenciais da elite, aos estádios de futebol e à ponte móvel sobre o Guaíba. POSSAMAI, Zita Rosane. *Cidade fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos – Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930*. Porto Alegre: UFRGS / PPG em História, 2005 (tese de doutorado). No item referente às fotografias sobre a paisagem urbana, a autora constata a grande predominância na escolha, por parte dos editores dos álbuns sobre Porto Alegre, de paisagens ordenadas pela ação humana, como parques, jardins e praças, pp. 243-251. MONTEIRO, Charles. *A cidade em busca da modernidade: fotorreportagens sobre Porto Alegre na Revista do Globo (1950-1960)*. In: VII Encontro Estadual de História - ANPUH/RS História, Memória e Testemunho, 2004, Pelotas. Anais do VII Encontro de História - ANPUH/RS História, memória e testemunho. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2004. V. 1 CD-R. p. 1-12. A seleção, por parte do autor, de fotorreportagens abordando a verticalização do centro da cidade e a instalação de grandes avenidas e prédios com monumentalidade, sem a inclusão da paisagem da zona sul e das praias, é explicável a partir de sua intenção, manifesta no título, já que estas ainda se apresentavam com características bucólicas e exclusivamente residenciais.

²² SOARES, Vânia Fonseca. Op. cit., pp. 79-94.

²³ JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu – São Paulo: 1890 a 1940*. São Paulo: Alameda, 2006. O livro foi publicado a partir da tese de doutorado (no PPG em História da USP) defendida pelo autor em 2005.

²⁴ CARNEIRO da SILVA, Victor A. *A (in) sustentabilidade da metrópole contemporânea. O programa de despoluição da Baía de Guanabara sob a ótica das interseções entre “justiça ambiental” e “projeto ecológico”* Rio

sociais diferenciados do Projeto de Despoluição da Baía de Guanabara (o PDBG), conduzido em conjunto pelos governos federal, estadual e do município do Rio de Janeiro, e similar, em muitos aspectos, ao Programa Integrado Socioambiental (PISA), conduzido pela prefeitura municipal de Porto Alegre.

Esta tese traz em seus capítulos iniciais uma interessante discussão a respeito das interações entre os desequilíbrios ambientais e sócio-econômicos, e discorre sobre os conceitos de sustentabilidade e justiça ambiental.²⁵ Conforme o autor, este último conceito refere-se à busca por uma maior equidade na distribuição de amenidades ambientais (recursos naturais de uso público para lazer e esportes) e por uma menor assimetria na participação dos diversos setores da sociedade nos processos decisórios.²⁶ O trabalho aporta um aspecto muito significativo sobre a temática ambiental, qual seja, o dos seus componentes sócio-econômicos, mostrando como os impactos, tanto da degradação como dos projetos de recuperação, tendem a ser mais agudos para as comunidades menos favorecidas (que são as que tendem a apresentar os piores indicadores sócio-ambientais).²⁷

No caso de Porto Alegre, a poluição do Guaíba deveria afetar, em tese, a toda sua população, privada do uso do rio para o banho. Mas esta não parece ser, ao menos pelo que se consegue inferir da leitura da imprensa local, ao longo de muitas décadas, a percepção de certo “senso comum” que vê no uso das praias uma alternativa de lazer somente para os mais pobres,

de Janeiro: UFRJ / PROURB, 2006 (tese de doutorado), disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp079377.pdf>, acessado em abril de 2009.

²⁵ Com respeito à noção de sustentabilidade, Victor Carneiro da Silva cita o trabalho de HOGAN, D. J. A Qualidade Ambiental Urbana, oportunidades para um novo salto. In: *Revista São Paulo em Perspectiva*. Julho-setembro, 9 (3): 17-23, 1995. O autor refere-se, também aos trabalhos de RYN, S., COWAN, S. *Ecological Design*. 1a ed. Washington D.C.: Island Press, 1996 (CARNEIRO da SILVA, Victor A., Op. cit., pp. 1-2). O conceito de justiça ambiental, por sua vez, para o autor, engloba uma temática emergente nas metrópoles contemporâneas relativa às iniquidades na distribuição de amenidades ambientais e assimetrias na participação dos diversos setores da sociedade nos processos decisórios. (Idem, p. 1).

²⁶ CARNEIRO da SILVA, Victor A., Op. cit., p. 1. É interessante observar, aqui, a presença do conceito de amenidade ambiental, bastante adequado para caracterizar, por exemplo, o acesso das populações a recursos naturais, como as praias, em boas condições de uso, quanto à limpeza de suas águas e faixas de areia, e sua conservação geral.

²⁷ Com relação ao seu objeto específico de pesquisa, isto se reflete na maior vulnerabilidade ambiental das áreas periféricas, como os subúrbios do Rio de Janeiro situados às margens da baía de Guanabara, tanto em termos da degradação das águas, que permanecem impróprias para o banho, quanto do impacto da instalação das estações de tratamento de esgotos em suas vizinhanças, ao ocuparem espaços junto à orla, e trazerem benefícios principalmente para os bairros próximos, habitados por pessoas de mais recursos. Esta situação contrasta com a dos bairros de classe média situados na orla de Niterói, dentro da baía, como Icaraí, cujos habitantes vem sendo beneficiados, de acordo com o autor, pelas obras de saneamento, tendo suas praias despoluídas, sem o ônus da presença das estações de tratamento. E também com a dos bairros da orla oceânica, bem servidos por saneamento e com suas praias limpas, mesmo com o envio dos esgotos não tratados para o mar aberto, por meio de emissários submarinos (Idem, pp. 327-371).

para os que não podem ir às praias do mar. Este discurso está presente, em maior ou menor grau, desde o período em que as praias, ainda limpas, passaram a ser usadas mais intensamente pela população de Porto Alegre, a partir dos anos 1940. O problema aqui não está, evidentemente, no uso popular das praias, bem ao contrário, mas na desvalorização das mesmas que parece implícita neste tipo de discurso, em essência elitista.²⁸ Assumindo como real esta “auto-renúncia” dos porto-alegrenses das camadas médias e mais favorecidas ao rio, pode-se ter na persistência da degradação ambiental das praias do Guaíba um exemplo de falta de justiça ambiental, ao privar de seu pleno uso a população mais pobre, e menos organizada politicamente. Em contrapartida, os mais favorecidos tenderiam a desconsiderar o problema, tendo em vista a maior disponibilidade, para estes, de outros recursos naturais e turísticos ainda preservados, como as praias de mar do litoral norte do estado e de Santa Catarina.

2. ANOS 1940 A 1960: PORTO ALEGRE, UMA CIDADE COM PRAIAS

2.1. O uso e a representação das praias no seu auge

A utilização das praias do Guaíba e a sua representação na imprensa gaúcha no período de seu auge, que ocorreu entre a década de 1940 e meados dos anos 1960, deve ser abordada aqui, ainda que brevemente, de modo a captar o seu contexto e compreender o significado da degradação do rio e de suas praias para os moradores de Porto Alegre. A pesquisa não encontrou

²⁸ Alguns exemplos deste discurso sobre as praias, no período estudado: (i) No verão, restariam as praias. Mas a cidade as tem de rio [...]. As praias são belas como paisagem. Mas o banho de populares é desconfortável, trabalho e não compensa a viagem em ônibus superlotados. O mar fica a 130 kms. (VIDAL, Rubens. Triste Porto Alegre. In: *Revista do Globo*. Porto Alegre: 1951, n° 530, pp. 32-33); (ii) Não tendo tido a capital pôrto-alegrense a fortuna de encostar-se à beira-mar, tem mesmo de se contentar com alguma praia do estuário manso (mas frequentemente cruel) do Guaíba. Dia de calor na capital gaúcha é dia de evasão em massa. E quando esse dia é domingo, isso significa que a fuga é total. Para a orla marítima ou para os nossos banhos de rio. Acontece que o mais comum no caso das praias fluviais é a pessoa não ter podido ir até ao Atlântico e então entra na fila dos que não dispõem de condução própria (e esses, infelizmente são a imensa maioria) e habilita-se até Ipanema, Espírito Santo, Belém Novo, Pedra Redonda [...]. (GUERREIRO, Léo. Domingo (quente) no Guaíba. In: *Revista do Globo*. Porto Alegre: 1957, n° 684, p. 37); (iii) [...] o Guaíba é também praias populares e inspiração em forma líquida. No seu litoral sul, por uma extensão de mais de dez quilômetros, a população que não vai às praias de mar aproveita para fazer o seu veraneio de fim-de-semana. São dezenas de ônibus que despejam milhares de cidadãos afoitos de sol e ar livre. No auge do verão, nos domingos, calcula-se que cerca de trinta mil pessoas espalham-se pelas margens do rio Guaíba. É o mar dos pobres. [...] (PINTO, Eduardo. Guaíba – um abraço de poesia. In: *Revista do Globo*. Porto Alegre: 1965, p. 36); (iv) [...] A regra, no entanto, é a alta temperatura. Com isso, as praias do Guaíba acentuam a freqüência daqueles que, sem poderem beneficiar-se do refrigério da orla atlântica, procuram nelas um meio de fugir aos grandes calores da cidade, de maneira econômica e sem o inconveniente dos grandes trajetos. Estes milhares de pessoas que fazem seu modesto fim-de-semana na Pedra Redonda, Assunção, Espírito Santo ou Belém Novo não encontram, porém, o mínimo de conforto e higiene [...] Crescida percentagem de pôrto-alegrenses, dado o preço cada vez mais alto do veraneio nas praias de mar, não tem outro recurso, além dos balneários do nosso rio [...]. Praias (editorial). In: *Correio do Povo*. Porto Alegre, 15 de novembro de 1967, p. 4.

nenhuma menção a este tema na literatura então produzida, ao contrário do que ocorrera nos anos 1930, em livros de Érico Veríssimo, como *Caminhos cruzados* e *Um lugar ao sol*.²⁹

O processo de crescimento econômico, mas, principalmente, demográfico de Porto Alegre e sua região metropolitana, ao longo de quase todo o século 20, foi explosivo, com a população da capital subindo de 179 mil habitantes, em 1920, para 272 mil, em 1940, 394 mil em 1950, 641 mil, em 1960 (um aumento de 63% somente neste decênio), e 903 mil habitantes em 1970. Este processo favoreceu a expansão da cidade em direção à sua orla, aumentando a procura pelas praias fluviais, mas acabou trazendo um forte impacto ambiental no Guaíba e seus afluentes, por não ter sido acompanhado pela ampliação dos serviços de saneamento básico. A partir do final dos anos 1930, o acesso aos balneários na margem esquerda do Guaíba, como a Tristeza, Ipanema, e Belém Novo ficou mais fácil, com a construção de vias pavimentadas e a instalação de linhas de ônibus, fazendo com que, nos fins de semana dos meses de verão, pequenas multidões se deslocassem para passar o dia nestas praias, conforme matérias da *Revista do Globo*, além das muitas famílias que se transferiam para casas de veraneio nesta área da cidade.³⁰ A frequência a estes balneários era bem segmentada, os mais populares eram os que tinham acesso direto por ônibus e boa extensão de praias públicas, como Ipanema, Espírito Santo e Belém Novo, enquanto que a Pedra Redonda, parte da Tristeza e a Vila Conceição tinham características mais elitistas, pois o acesso a suas praias era mais restrito, não havia rua na orla e boa parte das praias era privativa: nelas havia alguns clubes, além dos náuticos, e eram freqüentadas por pessoas que chegavam por barcos, que ficavam ao largo, ou nos diversos ancoradouros particulares.³¹

²⁹ Veríssimo aborda a temática urbana, situada em Porto Alegre, cidade que procura mostrar como uma pequena metrópole, já com todas as características de uma sociedade contemporânea, capitalista e industrializada. Em romances como *Caminhos cruzados*, de 1935, e *Um lugar ao sol*, um ano depois, o cenário das praias aparece nítido, mas perfeitamente integrado à trama. *Caminhos cruzados* apresenta duas passagens, umas delas envolvendo o casal protagonista, Fernanda e Noel, à tarde, à beira da praia em Ipanema (VERÍSSIMO, Érico. *Caminhos cruzados*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 147-148), outra com a ida de carro para as praias, com anúncios de novos loteamentos (Idem, pp. 193-194). *Um lugar ao sol* tem um trecho citado por Tania Franco Carvalhal, em *Crônica de um rio*, neste caso situado na orla à noite (VERÍSSIMO, Érico. *Um lugar ao sol*. Ed. Globo. Porto Alegre, 1936 apud CARVALHAL, Tania Franco, TIMM, Edgar e TIMM, Liana. *Crônica de um rio*. op. cit., p. 56).

³⁰ Conforme PALHA, Juliano, SANTOS VIDARTE (fotografia). Praias do Guaíba. In: *Revista do Globo*, Porto Alegre, 1944, n° 355, pp. 41-43, cerca de 15% da população da capital procurava as praias da zona sul, e as praias de Guaíba, como Alegria e Florida, nos fins-de-semana quentes, e que este número poderia chegar ao dobro, se não fossem as deficiências do transporte. De acordo com PINTO, Eduardo. Guaíba – Um abraço de poesia. In: *Revista do Globo*, Porto Alegre, n° 892, fevereiro de 1965, pp. 34-36, cerca de trinta mil pessoas se espalhavam pelas praias do rio nos dias mais quentes do verão.

³¹ ASSIS, Kleber Borges de. *O rio que não é rio*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1960, pp. 53-64. Este livro foi o resultado de uma série de reportagens publicadas no *Correio do Povo*, em 1958. O autor,

A representação das praias do Guaíba no período em que foram freqüentadas de forma mais intensa, entre meados da década de 1940 e o início dos anos 1970, pode ser encontrada na imprensa local, tanto na *Revista do Globo*, publicação quinzenal que circulou entre os anos de 1929 e 1967, quanto nos jornais *Correio do Povo*, *Folha da Tarde*, em atividade durante todo o período e *Zero Hora*, que circulou a partir de 1965.³² Em quase todas essas matérias, geralmente fotorreportagens, a menção às praias porto-alegrenses é acompanhada de alguma referência ao litoral marítimo ou à distância de Porto Alegre do mar. O *Correio do Povo* quase não tem matérias a respeito das praias, com exceção da série de reportagens de Kleber Borges de Assis, *O rio que não é rio*, mas apresenta várias sobre o tema da reforma urbanística da cidade, como o projeto de aterro da Praia de Belas e de construção da Avenida Beira-Rio.³³

geógrafo e repórter, lembra, também, que até o início da década de 1950, antes das obras de aterro da enseada, a praia de Belas era freqüentada, junto ao centro, principalmente pelos moradores das zonas mais pobres da antiga Rua Pantaleão Teles (antiga área de prostituição, hoje Rua Washington Luís), Barão do Gravataí e parte do Menino Deus, enquanto que a sua parte mais ao sul ainda era usada, em 1958, por moradores deste bairro (Idem, p. 56).

³² O jornal *Zero Hora* começou a circular em 1965, depois do fechamento de seu antecessor *Última Hora*, que apoiava o governo do presidente João Goulart, deposto pelo golpe militar no ano anterior. Em seus primeiros anos, ocupava um espaço bem menor do que o *Correio do Povo* e do que o jornal vespertino do mesmo grupo, a *Folha da Tarde*, e adotava uma linha editorial mais voltada para as camadas mais populares, em contraste com a maior sobriedade e postura um tanto mais elitista do *Correio* e do *Diário de Notícias*, jornal dos Diários Associados (Ver: texto sobre imprensa da página virtual do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, http://www.musecom.rs.gov.br/bd/modules/xt_conteudo/index.php?id=5, acessado em setembro de 2007). Nos anos 1960, várias matérias focalizam o uso das praias e seus problemas na *Folha da Tarde* e na *Zero Hora*, e este diário, pelas razões acima citadas, tendia a dar um maior espaço à interação dos porto-alegrenses com as praias, com um enfoque mais positivo. Em 1965, a *Zero Hora* apresentou na capa, como uma das chamadas, “Pôrto Alegre em tempo de praia”, ilustrada com a foto de garotas mergulhando nas águas do rio. A matéria prossegue nas páginas centrais do caderno de variedades, com mais fotografias de garotas na praia de Ipanema, e o seguinte texto: “Com o calor aumentando no meio da semana e a temporada de praia de mar por se iniciar em dezembro, Pôrto Alegre começou a ir à praia inclusive durante os dias de semana – como para enfrentar o sol de ontem. Enquanto a previsão para os próximos meses anuncia um verão dos mais fortes dos últimos anos a Praia de Belas já experimenta a movimentação mais comum no final de ano. Apesar disto, a maioria das piscinas de sociedades continuam a aguardar o mês de dezembro para o início da temporada. E a única solução mesmo é a praia de água doce mais refrescante.” (SOARES, Waldomiro (fotografias). Pôrto Alegre em tempo de praia. In: *Zero Hora*. Porto Alegre, 19 de novembro de 1965, capa e página dupla central do Caderno 2).

³³ O tema das praias é abordado em dois dos seus doze capítulos, um sobre o uso do rio pelos porto-alegrenses para recreação, e outro sobre a exploração do turismo. O contraste entre as praias do rio, cheias de vegetação frondosa (“que fornece uma bela sombra aos banhistas, entre um mergulho e outro”), e as praias do litoral gaúcho não passa despercebido pelo autor (ASSIS, Kleber Borges de. *O rio que não é rio*. op. cit., pp. 58-59). No capítulo referente ao turismo, o autor se preocupa com os passeios de barco no rio, e com a instalação de bares e restaurantes na orla, a partir da construção da futura Avenida Beira-Rio (Idem, pp. 103-110). Ao lado disso, nas páginas de anúncios do *Correio do Povo*, pode se ter uma idéia dos usos dos balneários da zona sul, e da sua valorização, como local de veraneio, em plena década de 1950. Alguns exemplos: (i) “Terrenos em Tristeza – Atenção interessados! Com a aprovação da construção da hidráulica em Tristeza – Com a abertura de concorrência para a construção da Avenida Beira-Rio – Com o desenvolvimento da construção do Hipódromo – em breve, as condições de venda e preços dos terrenos vão mudar. [...]” (p. 19, 18/02/1951); (ii) “Procura-se casa para alugar no mês de março na praia de Ipanema”. (p. 19, 25/02/1951); (iii) “Balneário Espírito Santo – Novo loteamento neste aristocrático recanto desta capital – Terrenos a poucas quadras da praia com deslumbrante panorama, com água e luz – Vendas a longo prazo sem entrada a 100 meses sem juros [...]” (p. 23, 04/03/1951). Durante toda a década de 1950, e em parte dos anos

As praias do Guaíba estiveram presentes nas páginas da *Revista do Globo*. No período inicial, até fins dos anos 1930, quando estas ainda não haviam se popularizado, são publicadas matérias contendo fotografias e pequenos textos elogiando a beleza bucólica de suas paisagens, e mostrando os bairros elegantes recém instalados na orla balneária da cidade, como Ipanema.³⁴ De meados dos anos 1940 até o seu fechamento, a *Revista* publicou várias fotorreportagens sobre o uso das praias pelos moradores de Porto Alegre. São, em geral, matérias bastante extensas, de profissionais destacados na imprensa local, como os jornalistas Juliano Palha, Rubens Vidal, Flávio Carneiro e Eduardo Pinto, o repórter fotográfico Léo Guerreiro e o fotógrafo Santos Vidarte. O tom das matérias produzidas neste período já era outro, e oscilava entre o elogio à beleza tranqüila destas paisagens e a crítica contundente à precariedade de acesso, à falta de conforto e, por vezes, à insipidez destes balneários, enquanto alternativa disponível de fuga ao calor na cidade, para quem não tivesse tempo e/ou recursos para ir às praias marítimas. Estas reportagens traziam imagens dos banhistas em praias como Ipanema e Belém Novo e das filas que se formavam para os ônibus de ida, no centro da cidade, e de retorno. Na ida, vê-se pessoas muito bem vestidas, mais mulheres do que homens, a maioria composta por jovens, e na volta, a multidão, no fim da tarde, já de roupas trocadas, expressões cansadas, nas filas para o longo retorno, ao sol, e sem nenhuma estrutura. É provável o predomínio de gente da classe média, numa época em que os automóveis ainda eram privilégio dos muito ricos. Eram também explorados aspectos pitorescos, como os “tarzans-de-praia” se exibindo nos aparelhos de ginástica, uma “gordinha” de maiô tomando banho num chuveiro público, e, até mesmo, um rapaz de muletas, sem uma perna, segurando um bebê.³⁵ Uma destas reportagens mostrava

1960, os classificados dos jornais tinham na seção Praias anúncios de compra, venda e aluguel tanto das praias do litoral quanto do Guaíba.

³⁴ A *Revista do Globo* teve Érico Veríssimo, como diretor de redação, desde 1931, e, a partir de 1933, como seu editor, cargo que ocupou até sua ida para os Estados Unidos, em 1943. Entre as matérias deste primeiro período, podem ser destacadas as seguintes: (i) *Revista do Globo*. Porto Alegre, 1932, n° 80, p. 13; (ii) Idem, 1932, n° 81, p. 36; (iii) Idem, 1938, n° 221, pp. 42-43.

³⁵ Entre estas matérias, podem ser destacadas: (i) PALHA, Juliano, SANTOS VIDARTE (fotografia). Praias do Guaíba. In: *Revista do Globo*, Porto Alegre, 1944, n° 355, pp. 41-43; (ii) VIDAL, Rubens. Triste Porto Alegre. In: *Revista do Globo*. Porto Alegre: 1951, pp. 29-33; (iii) GUERREIRO, Léo. Domingo (quente) no Guaíba. In: *Revista do Globo*. Porto Alegre: 1957, n° 684, pp. 36-43; (iv) PINTO, Eduardo. Guaíba – um abraço de poesia. In: *Revista do Globo*. Porto Alegre: 1965, pp. 34-37, e (v) CARNEIRO, Flávio, LUCHINI, Alderico (fotografias). É domingo em Pôrto Alegre. In: *Revista do Globo*. Porto Alegre: 1966, n° 937, pp. 10-17. As fotorreportagens de Juliano Palha e Santos Vidarte (1944) e de Léo Guerreiro (1957) são as mais extensas, podendo ser caracterizadas como verdadeiras crônicas sobre as praias como um recurso de lazer dos porto-alegrenses no período. A matéria de Rubens Vidal (1951) traz uma crítica ao que era visto por seu autor como a monotonia e falta de opções da vida social em Porto Alegre. Finalmente, as duas últimas matérias, produzidas já nos últimos anos de circulação da *Revista*, procuram mostrar uma visão mais positiva sobre o Guaíba e suas praias, num momento em que já começavam a

também a presença das inúmeras proibições que uma mentalidade caracteristicamente disciplinadora tentava impor às pessoas, mesmo num ambiente mais informal como se esperaria que fossem as praias.³⁶

O contraste destas reportagens da *Revista do Globo* com matérias da mesma revista sobre as praias do litoral gaúcho, especialmente Torres, e sobre as praias de Montevidéu, é muito grande, tornando ainda maiores as diferenças existentes entre as praias porto-alegrenses e estes locais de veraneio de pessoas da alta sociedade. Também a imagem dos clubes náuticos, e de veleiros e lanchas no Guaíba, era bastante explorada pela *Revista do Globo*, especialmente nos anos 1960, sob um enfoque muito próximo ao de suas reportagens sobre Torres e sobre as praias do Uruguai, com a presença de belas mulheres, inclusive em desfiles de moda de praia.³⁷ Outro dado a ser considerado, por fim, diz respeito à ausência de imagens das praias de Porto Alegre, deste mesmo período, nos acervos fotográficos do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo (Fototeca Sioma Breitman) e do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Mais do que um indício de sua inexistência de fato, isto talvez ilustre o pouco valor histórico que vem sendo atribuído a estas paisagens, ainda hoje, pelos porto-alegrenses.

2.2. Memórias de porto-alegrenses sobre o rio e as praias neste período

aparecer os sinais da poluição de suas águas. Excertos destas matérias podem ser vistos em PRESTES, Antonio João Dias. Porto Alegre em tempo de praia. A cidade e as praias do Guaíba, entre os anos 1940 e o início dos anos 1970, pp. 13-20. In: *Revista Historiar*, Ano I, Ed. 02, 2008, disponível em http://www.revistahistoriar.com/files/porto_alegre_em_tempo_de_praia_a_cidade_e_as_prai.pdf, acessado em setembro de 2009 (revista eletrônica editada por alunos do curso de graduação de História da UFRGS).

³⁶ PALHA, Juliano, SANTOS VIDARTE (fotografia). Praias do Guaíba. Op. cit., p. 42: “Chegando à praia, porém, crescem os problemas à frente do banhista. Desde o local para trocar de roupa até a deficiência do serviço de bar. [...] Para as vilas residenciais, há praias particulares, com tabuletas advertindo que são proibidas ao público. E nas praias populares continuam as proibições, por sobre as necessidades. Não se deve pisar na grama, mesmo onde não existe grama. Não se pode sentar no bar em traje de banho. Não se pode... O guarda está sempre atento. E a moral da indumentária tem ali um espaço vital rigorosamente observado. Dentro do rio, porém, a humanidade navega livre e satisfeita, esquecida do asfalto, do bonde, de todas as torturas da cidade. Mulheres, homens e crianças.”

³⁷ Sobre Montevidéu e os balneários uruguayos, ver PASSOS, Juvenal, RIOS, Christóvão (fotografia). Montevidéu, cheia de encantos mil. In: *Revista do Globo*, Porto Alegre: 1950, n° 500, pp. 42-45, e também, *Correio do Povo*. Porto Alegre, 14 de janeiro de 1951, p. 3. Esta matéria, ilustrada com fotografias, fala sobre o balneário de Piriápolis, entre Montevidéu e Punta Del Este: “Piriápolis, encantador centro de turismo internacional”. O ponto a destacar está no fato de que Montevidéu e estes outros balneários próximos eram atrações turísticas internacionais, mesmo sendo praias do Rio da Prata, com águas doces ou misturadas com o mar, entre Montevidéu e Punta Del Este. Isto permite relativizar a idéia de uma preferência intrínseca pelas praias de mar. Sobre Torres, ver MACEDO, Nélio, GUERREIRO, Léo. O verão correu para a praia de Torres. In: *Revista do Globo*. Porto Alegre: 1957, n° 682, pp. 47-49. A reportagem mostra uma praia de uma natureza ainda intocada, e freqüentada por moças da alta sociedade da capital (“na mais bela praia gaúcha, há muitas gaúchas belas”), posando para o fotógrafo da *Revista*. Sobre os clubes náuticos de Porto Alegre, ver PINTO, Eduardo, DIAS, Octacílio F. (fotografia). Velas brancas no azul do céu. In: *Revista do Globo*, Porto Alegre: 1964, n° 887, p. 76, e CAMPOS, Otávio, LUCHINI, Alderico (fotografia). A bela paisagem do verão. In: *Revista do Globo*, Porto Alegre: 1967, n° 940, p. 33.

É interessante mostrar, como um contraponto a estas representações da imprensa, as memórias de alguns moradores de Porto Alegre neste período. Para tanto, são considerados alguns testemunhos que obtive, ao lado de outros retirados de outras fontes escritas, como os trabalhos já citados sobre os bairros da Tristeza e Belém Novo. Essas memórias começam dentro de casa, através de meus pais e tios, que, vindos do interior do estado, viveram a sua adolescência e juventude em Porto Alegre, nas décadas de 1940 e 1950, quando as praias fluviais eram ainda amplamente desfrutadas. Ao lado disso, várias pessoas que hoje tem por volta de 40 a 50 anos, muitas criadas em famílias da classe média, recordam-se de fotografias suas, enquanto crianças, tiradas por seus pais, tanto nas praias do Guaíba quanto no litoral, nas décadas de 1950 e 1960, e também falam com nostalgia dos banhos nas águas doces do rio, mesmo sem esquecer que eram muito rasas e sem ondas.

Roberto Pellin, autor do livro de memórias sobre o bairro da Tristeza, e antigo morador deste bairro, escreveu sobre a criação dos balneários e o uso das praias:

[...] entre os ricos que não podiam se afastar por muitos dias da capital, dadas as suas atividades, foi crescendo o desejo de aproveitar as belas praias que, próximas a Porto Alegre, circundam o Guaíba. [...] Foram criados maravilhosos balneários na Tristeza, Pedra Redonda, Leblon, Ipanema, Espírito Santo, Guarujá, Vila Assunção e Belém Novo. Estes balneários não foram privilégios dos ricos, mas ao contrário, da classe média e pobre. [...]³⁸

O escritor Moacyr Scliar também falou de suas memórias com respeito ao Guaíba, em um artigo reunindo as impressões de vários artistas sobre os rios de suas cidades:

[...] Desde criança eu freqüentava as praias do Guaíba, que não são exatamente as paradisíacas praias nordestinas, mas era o que tínhamos. Ali andávamos de barco, ali pescávamos. Parte do Guaíba foi aterrada, e a esse lugar – a ‘Brizolândia’ (homenagem ao prefeito de então, Leonel Brizola), que à noite se apresentava deserta, às vezes com denso nevoeiro – a gente ia, nos velhos carros de nossos pais, namorar.³⁹

Entre os muitos depoimentos publicados no livro sobre a memória de Belém Novo, podem ser citados, aqui, os de dois antigos veranistas deste balneário. Seguem alguns trechos:

Eu já cheguei aqui no auge desse período, mas, por ler muito, eu sei que nos anos vinte Belém Novo já era muito procurado pelos porto-alegrenses, que tinham dificuldades de chegar nas praias do Atlântico, como a incipiente Tramandaí. Então vinham para as praias do Guaíba que havia na época, e Belém Novo constituiu-se a praia preferencial da zona sul da Cidade. Existiam mais de quarenta famílias que possuíam casas de veraneio na parte sul de Belém Novo, onde chama-se Leblon. Belém Novo tem – e já tinha nessa época – uma vocação turística, exercendo muito fascínio nos porto-alegrenses. (Alberto Koller, professor)⁴⁰

Nós começamos a vir para Belém Novo no ano de 1934, éramos os primeiros veranistas do local. Vínhamos em dezembro e voltávamos em março para Porto Alegre. Naquela época havia dificuldades grandes de acesso às grandes praias de mar. Aqui em Belém Novo, assim como em Ipanema e Tristeza, esses balneários

³⁸ PELLIN, Roberto. *Revelando a Tristeza*. Porto Alegre: Ed. do autor, 1996 (Vol. 2), p. 105.

³⁹ SCLIAR, Moacyr. In: *O rio – fluxos e contrafluxos*. Itaú Cultural (abril de 2008), disponível em <http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/000669.pdf>, acessado em setembro de 2009. O autor se refere ao aterro da enseada da Praia de Belas, iniciado no final dos anos 1950.

⁴⁰ CRUZ, Cassius Marcelus, FERNANDEZ, Érico Pinheiro e GOMES, Rodrigo de Aguiar. Op. cit., p. 57

eram freqüentados pelos moradores de Porto Alegre. [...] Os grandes comerciantes, os grandes industrialistas, o grande capital, na medida em que o governador tinha campo aqui, eles se estabeleceram em casas de veraneio. Grandes residências, como as das famílias Aicher, Barcellos, Bertazo, que era dona da Livraria do Globo. E outros grandes do comércio, burguesia e pequena burguesia. Era uma espécie de Cancun de água doce. (Paulo Pacheco, médico veterinário)⁴¹

Há também lembranças de pessoas que praticavam o remo, ou freqüentavam os clubes de regatas, que se localizavam, na maior parte, às margens do rio na zona norte da cidade. Embora neste trecho a poluição das águas por esgotos e rejeitos industriais tenha se intensificado antes do que nas praias, por muito tempo estas pessoas ainda puderam nadar no rio, e muitos destes clubes tinham pequenos cercados, que serviam como piscinas naturais, usadas para aulas de natação de crianças.

3. DESDE FINS DOS ANOS 1950, A CRISE: OCUPAÇÃO DESORDENADA DA ORLA E POLUIÇÃO DAS ÁGUAS

3.1. Nem praia nem avenida: a urbanização incompleta e desordenada da orla sul do Guaíba

Ao lado da poluição das águas do Guaíba, um dos fatores que tem dificultado uma apropriação efetiva da sua orla por parte da população de Porto Alegre é o seu processo de urbanização, que tem sido, ao longo de muitas décadas, incompleto e desordenado, especialmente no seu lado sul. A idéia, muitas vezes veiculada na imprensa, e inclusive em alguns meios literários e acadêmicos, de que “a cidade está de costas para o seu rio”, embora um tanto simplista, diante de uma realidade bem mais complexa, não deixa de ter um bom fundo de verdade. Mas este distanciamento, que se caracteriza tanto pela escassez de áreas de uso público à beira do rio, quanto pela ocupação de boa parte da orla por propriedades privadas, como clubes e residências, tem suas raízes na evolução histórica da cidade, e também num quase imperativo geográfico, a necessidade de defesa contra grandes enchentes, como as que ocorreram em 1928 e 1941.⁴² Uma maneira de entender as especificidades da evolução urbana de Porto Alegre, no que diz respeito à relação dos moradores da cidade com a sua orla, poderia consistir em traçar um paralelo com outras metrópoles em situação semelhante, como o Rio de Janeiro ou Montevideú. A capital uruguaia serviria melhor a este propósito, por sua maior semelhança com Porto Alegre,

⁴¹ Idem, pp. 70-71.

⁴² O Guaíba, devido ao seu regime de águas e sua declividade muito pequena, é muitas vezes suscetível a enchentes, especialmente em períodos em que as chuvas aumentam a vazão de seus afluentes, e o vento sul represa as suas águas. Sobre este tema, ver: RAMBO, Balduino. *A fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural* – 3ª. Edição. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, pp. 207-230. Sobre a grande enchente de 1941, e outras que ocorreram ao longo do século 20 em Porto Alegre, ver: GUIMARAENS, Rafael. *A enchente de 41*. Porto Alegre: Ed. Libretos, 2009.

ambas com um clima parecido, de verões curtos, e sem praias oceânicas, embora o Rio da Prata, em Montevideú, já tenha águas misturadas com o mar. Mas as semelhanças parariam por aí. Nos anos 1950, Montevideú, com quase 1,5 milhões de habitantes, era a capital de um país ainda próspero, e um centro de atração turística internacional, ao lado das praias marítimas próximas, como Punta Del Este. Isto talvez ajude a compreender por que em Montevideú, com suas belas avenidas e parques à beira do Rio da Prata, a apropriação da orla tenha sido muito mais efetiva, e deixado marcas bem mais profundas, nos seus moradores, e também nos visitantes, do que em Porto Alegre.⁴³ Esta era, na mesma época, uma cidade muito menor, embora em acelerado crescimento, de expressão apenas regional, e ainda preocupada em encontrar uma solução para o problema das enchentes do Guaíba.

Em função dos riscos de enchentes e alagamentos, a expansão da malha urbana de Porto Alegre tendeu a privilegiar o estabelecimento dos melhores bairros residenciais em partes altas, como o espigão que parte da Rua Duque de Caxias e alcança a Independência e os Moinhos de Vento, e, depois, a colina de Petrópolis, embora o Menino Deus, situado em área baixa ao sul da península tenha sido um dos primeiros bairros elegantes da cidade, desde o final do século 19. E assim, enquanto a margem norte do Guaíba, lugar de passagem para a região colonial alemã do vale do Sinos, desenvolveu sua vocação industrial e de serviços, a margem sul, a partir da Cidade Baixa, manteve-se como um problema urbanístico a ser resolvido, até, pelo menos, a década de 1950, quando foi concluída a retificação do antigo Riacho, com a criação da Avenida Ipiranga, e iniciado o aterro da enseada da Praia de Belas. Ao longo da primeira metade do século passado, vários planos foram propostos à prefeitura de Porto Alegre para esta área, contemplando obras para proteção contra as cheias, e a implantação de avenidas, parques e praias, mas ela manteve-se apenas como um ponto de ligação, precário, com os balneários da zona sul da cidade, até a conclusão deste aterro, já nos anos 1960, e a instalação, nas décadas seguintes, do Parque Marinha do Brasil e da Avenida Beira-Rio. E também o bairro do Cristal, logo ao sul, só foi urbanizado tardiamente, sendo a maior parte de sua área junto à orla destinada ao novo

⁴³ Sobre Montevideú e a evolução de suas praias urbanas, ver: DA CUNHA, Nelly. *El acercamiento turístico en la costa del Uruguay. Entre la imprevisión y los intentos de regulación del espacio. (1900-1950)*, disponível em <http://eh.net/XIIICongress/cd/papers/4DaCunha124.pdf>, acessado em setembro de 2009. As praias do Rio da Prata em Montevideú foram despoluídas, com a instalação de sistemas de tratamento de esgotos, na década de 2000 (Ver: Monitoreo de Costas de Montevideo, disponível em <http://www.gam.org.uy/mcostas.pdf>, acessado em outubro de 2009).

hipódromo, inaugurado no final dos anos 1950.⁴⁴ A parte da orla mais próxima do centro da cidade, assim, além de não oferecer condições adequadas para o lazer da população, ainda manteve-se como uma restrição ao acesso às praias da zona sul, pela falta de uma avenida mais larga à beira do rio. Isto contribuiu para manter a zona balneária distante dos moradores da cidade, durante todo o período em que suas praias ainda não haviam sido afetadas significativamente pela poluição do Guaíba, a partir dos anos 1960.

E a isto se somaram, também, os efeitos do processo de ocupação desordenada da uma grande parte das áreas junto à orla do rio, na região das praias, a partir da Vila Assunção.⁴⁵ As fotografias tiradas nas primeiras décadas do século 20, até o início dos anos 1930, permitem ver a presença de uma faixa razoavelmente larga de praia, especialmente na Pedra Redonda, o balneário mais citado nestas imagens.⁴⁶ O avanço da urbanização destes bairros, contudo, levou a uma modificação considerável. Era prevista, nos documentos de planejamento urbano do município de Porto Alegre, a construção de uma via pública ao longo de toda esta orla, a Avenida Guaíba, de modo a permitir o acesso livre da população a essas praias. No entanto, esta avenida só foi aberta no seu trecho inicial, até parte da Tristeza, e no final, em Ipanema, além de um pequeno trecho na Vila Conceição, que era conhecido, nos anos 1970, como a “prainha”, um

⁴⁴ Sobre a evolução urbana de Porto Alegre, ver: SOUZA, Célia Ferraz de, MÜLLER, Dóris Maria. *Porto Alegre e sua evolução urbana* (2ª. Ed.). Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 2007. Com respeito à temática das relações entre a cidade e o Guaíba, ver: BULHÕES, Thiago Muradas, Op. cit. Sobre os diversos projetos que foram pensados para a orla de Porto Alegre, ver: MACHADO, Andréa Soler *A Borda do Rio: POA – arquiteturas imaginárias como suporte para a construção de um passado* Porto Alegre: UFRGS / PPG em História, 2003 (tese de doutorado). Sobre os vários planos para a Praia de Belas, ver: Nem praia nem avenida. In: *Revista do Globo*. Porto Alegre: 1950, nº 522, pp. 51-52 e 66. A chamada desta matéria dizia: “Na sua bela enseada de Praia de Belas, Pôrto Alegre ainda espera que um belo dia alguém tenha a bela idéia de realizar um projeto que vem dos belos tempos de 1905 para torná-la uma bela cidade.” Com respeito aos planos da prefeitura de Porto Alegre para a ligação do centro da cidade à zona sul, passando pela Praia de Belas e o Cristal, através de uma futura Avenida Beira-Rio, ver: Detalhes das obras necessárias à urbanização da Praia de Belas e saneamento do Menino Deus. In: *Correio do Povo*. Porto Alegre, 18 de janeiro de 1951, p. 14. Estas duas reportagens são ilustradas com fotografias que dão uma boa idéia da ocupação ainda precária destas áreas na orla do Guaíba, em plena década de 1950.

⁴⁵ A ocupação de espaços da orla por particulares era questionada, de tempos em tempos, pelo governo municipal, como pode ser visto em: Prefeitura Municipal – Levantamento de Propriedades na Orla do Guaíba. In: *Correio do Povo*. Porto Alegre, 8 de novembro de 1967, p. 9. Diz o texto: “Preocupado com o grande número de propriedades privadas, que estendem a área de seus terrenos até as margens do Guaíba, o prefeito Célio Marques Fernandes oficiou, ontem, ao governador do Estado, solicitando fôssem entregues à administração municipal todos os terrenos de Marinha, situados dentro dos limites do Município de Pôrto Alegre. Pretende o chefe do Executivo municipal pôr termo ao uso indevido das margens do Guaíba que devem ser de uso público e destinadas a despertar o interêsse turístico da cidade.”

⁴⁶ Entre estas, podem ser citadas: (i) AGUIAR, Flávio, e REIS, Zenir Campos. Brasil: Literatura e Sociedade nos Anos 30. In: *História do Século 20, Vol.4 (1934/1942)*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 1683 (fotografia sem crédito de autor ou data, legenda: cena no balneário Pedra Redonda, R. G. do Sul); (ii) *Revista do Globo*. Porto Alegre, 1932, nº 81, p. 36.

lugar procurado à noite por jovens de classe média para namoros motorizados. Como visto anteriormente, uma boa parte dessas praias permaneceram com acesso privativo, e foi permitida a ocupação das áreas junto ao rio, com residências e clubes, levando a que a faixa de praia ficasse bastante reduzida. Houve, também, a ocupação de parte destas áreas por vilas irregulares, como no trecho entre a avenida e o rio, na Vila Assunção. Roberto Pellin viu nesta apropriação da orla por particulares uma das causas da decadência das praias: “ainda surgiram problemas com nossas praias fluviais, que nossas autoridades não conseguiram resolver: poluição, implantação de malocas e, mais recentemente, ocupação pura e simples das bocas de ruas que dão acesso às praias: Dr. Mário Totta, Pedra Redonda, Vila Conceição e outras pelo Ipanema.”⁴⁷ Além disso, ao longo dos anos, o município de Porto Alegre cedeu terrenos na orla do Guaíba, inclusive em áreas de aterros, para vários clubes esportivos, como o Internacional (o complexo do Beira-Rio, na Praia de Belas), o Grêmio (no Cristal), o Iate Clube Guaíba e o Veleiros do Sul (na Vila Assunção), bem como permitiu a construção da ilha artificial onde fica o Clube dos Jangadeiros (na Tristeza), e a instalação de um estaleiro, em área aterrada do rio, na Ponta do Melo.

3.2. Veraneio não é promessa: as praias desassistidas pelo poder público

O despejo de todo o tipo de sujeira no rio, quer diretamente, como lixo, quer através dos esgotos, lançados *in natura*, já era, nos anos 1950, uma ameaça para quem procurava desfrutar das praias do Guaíba. Em 1959, ocorreu um episódio traumático, nos meios esportivos da cidade, que poderia ter servido como um primeiro alerta sobre a degradação das praias. No mês de outubro deste ano, Porto Alegre sediou um campeonato mundial de vela da classe *snipe*, realizado na raia do Clube dos Jangadeiros, na Tristeza. Foi um grande evento, com a presença de iatistas de quinze países, que movimentou a cidade, com intensa programação social e turística paralela e grande cobertura da imprensa. Logo nos primeiros dias da competição, no entanto, o velejador Gabriel Gonzales, que formava a dupla brasileira com Nelson Piccolo, sofreu um corte profundo no pé, com ruptura de tendões, por um caco de vidro, quando voltava para sua casa, próxima do clube, caminhando pela margem do rio, tendo de ser operado, e substituído por outro colega nas demais regatas.⁴⁸

⁴⁷ PELLIN, Roberto, Op. cit., p. 105.

⁴⁸ Sobre este episódio, podem ser vistos: (i) Campeonato Mundial de Snipe de 1959, na página virtual do Clube dos Jangadeiros, que está disponível em http://www.jangadeiros.com.br/default.aspx?pagina=pga_galeria_historiasdoclubes_detalhes&IdLingua=5&Nascosto=IdNews&IdNews=99, acessado em setembro de 2009; (ii) Gabriel Gonzales fora do Mundial de Snipe: Acidente.

A partir de meados dos anos 1960, podem ser vistas várias matérias na imprensa, dando conta de um crescente abandono dos balneários pelos poderes públicos, tanto na capital como em Guaíba, e dos riscos e problemas que isto vinha trazendo para os seus freqüentadores, como a possibilidade de afogamentos ou de cortes por materiais submersos. Em dezembro de 1966, as páginas da *Zero Hora* trazem esta advertência aos que procuram as praias:

Quem prepara com grandes esperanças um fim-de-semana na praia de Guarujá, de Ipanema, ou de Espírito Santo, nas margens do nosso Guaíba, não sabe o que os espera, nas areias da zona sul. Guarda-vidas não existem, as margens estão sujas e abandonadas, o serviço de prevenção, como os batelões que percorriam a costa há uns dois anos, desapareceu, e cada um está entregue ao seu próprio cuidado, porque o risco não entra na cogitação do poder público.⁴⁹

Meses depois, também a *Folha da Tarde* alertava seus leitores e as autoridades sobre os resultados do abandono das praias, depois de um período de chuvas intensas, em reportagem ilustrada com imagens dos balneários da cidade de Guaíba:

Imundícia: estas cenas aguardam os veranistas que freqüentam nossas praias. Nem a beleza do rio, e do arvoredo consegue esconder a imundícia existente. Os moradores e visitantes esperam as providências dos responsáveis pela manutenção destes locais.⁵⁰

A mesma preocupação com o abandono das praias transparece no *Correio do Povo*:

[...] Estes milhares de pessoas que fazem seu modesto fim-de-semana na Pedra Redonda, Assunção, Espírito Santo ou Belém Novo não encontram, porém, o mínimo de conforto e higiene que obrigatoriamente deveriam desfrutar pois toda a margem do rio apresenta-se num estado lamentável de sujeira e abandono, pior ainda do que no ano passado, quando o fato já provocava não poucas reclamações e críticas. [...] ⁵¹

E também na *Revista do Globo*, que ainda chegava a cogitar, no final dos anos 1960, do aproveitamento turístico das praias porto-alegrenses, mesmo frente a todas as suas novas e antigas carências:

[...] Essa mole humana que se desloca para os referidos balneários do Guaíba enfrenta toda sorte de dificuldades para poder se refrescar nas águas amarelas do rio famoso. Começa com o transporte (formam-se filas quilométricas nos terminais de ônibus perto do Palácio do Comércio), e continua com a falta de restaurantes, de bares, e até mesmo de sanitários, na orla fluvial. E durma-se com esse barulho. Ou, em outras palavras, fale-se em turismo em tais circunstâncias.⁵²

O exame destas fontes permite concluir que o processo de degradação das praias do Guaíba, enquanto um recurso de lazer disponível para toda a comunidade, já vinha ocorrendo, de

In: *Correio do Povo*. Porto Alegre, 20 de outubro de 1959. A cobertura jornalística da época não associou o acidente à falta de cuidado com a limpeza do Guaíba e das praias.

⁴⁹ Praias do Guaíba oferecem perigo. In: *Zero Hora*. Porto Alegre, 26 de dezembro de 1966, contracapa e p. 7. A reportagem é ilustrada com fotografias de Assis Hofmann, mostrando a praia de Ipanema cheia de banhistas, num fim de tarde, com o reflexo do sol sobre as águas do rio.

⁵⁰ Veraneio não é promessa. In: *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 8 de novembro de 1967, contracapa e p. 7. Uma nota a respeito das providências tomadas pela prefeitura de Porto Alegre para a limpeza das praias, através do Departamento de Limpeza Pública (DLP) pode ser vista na *Zero Hora* de 23 de outubro de 1967, p. 15.

⁵¹ Praias (editorial). In: *Correio do Povo*. Porto Alegre, 15 de novembro de 1967, p. 4.

⁵² *Revista do Globo*. Porto Alegre: 1966, n° 915, p. 78 (na Coluna Guarita, dedicada aos assuntos do turismo)

uma forma intensa, ao longo dos anos 1960, antes mesmo de que a poluição tivesse se intensificado a ponto de ser percebido, pela população e pelas autoridades, que o banho em suas águas passara a representar um risco para a saúde.

3.3. A fauna e a flora do Guaíba recebem dos encanamentos uma fétida contribuição: uma cidade onde não se controla a poluição e falta saneamento básico

O ano de 1967 parece ter sido o primeiro em que o tema da poluição do Guaíba e de suas praias veio a público na imprensa. Desde então, foram publicadas várias matérias acerca da crescente contaminação das águas por esgotos domésticos e industriais, e dos riscos que isto trazia para a saúde da população em geral e dos banhistas. No entanto, como lembrou o jornalista Alberto André, em matéria publicada em 1975, já no ano de 1958, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, preocupada com os despejos no Guaíba das fábricas instaladas no bairro Navegantes, havia tentado, sem sucesso, incluir no Código de Obras, uma determinação para que estas instalassem sistemas de tratamento. Os industriais alegaram, então, que o custo destas instalações seria proibitivo.⁵³ No ano de 1962, o professor Amadeu Fagundes de Rocha Freitas apresentou uma tese, para o provimento da cátedra de Higiene de Habitação e Saneamento das Cidades, na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul, *O destino dos esgotos de Pôrto Alegre em face da poluição do Guaíba*.⁵⁴ Neste trabalho pioneiro, o seu autor, além de discorrer sobre a poluição dos cursos d'água, separando as naturais das decorrentes da presença humana em grandes aglomerados urbanos, levantou e divulgou os resultados das primeiras medições dos teores de contaminantes nas águas do Guaíba e de seus formadores, e avaliou as alternativas propostas para o sistema de coleta, tratamento e disposição dos esgotos de Porto Alegre.

Rocha Freitas apresentou, também, a situação corrente deste sistema, a qual era bastante precária, face ao crescimento acelerado da cidade. A rede de esgotos sanitários (cloacais), que fora instalada nas duas primeiras décadas do século 20, quando a população da capital não chegava a 200 mil pessoas, atendia apenas a uma pequena parte da cidade, deixando de fora

⁵³ ANDRÉ, Alberto. Orla Sul do Guaíba. Turismo e Lazer. In: *Correio do Povo*. Porto Alegre, 2 de fevereiro de 1975, p. 19. O jornalista Alberto André foi também, por várias legislaturas, vereador em Porto Alegre (ref.: http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=9087&p_secao=56&di=2009-05-22, acessado em outubro de 2009).

⁵⁴ FREITAS, Amadeu Fagundes da Rocha. *O destino dos esgotos de Pôrto Alegre em face da poluição do Guaíba*. Porto Alegre: Ed. da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962 (tese para provimento de cátedra na Faculdade de Arquitetura). O professor Rocha Freitas atuou por muitos anos na área de saneamento ambiental, no Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

bairros importantes, como o Menino Deus, Glória, Teresópolis, Partenon, parte de Petrópolis, São João e Navegantes, e despejava o esgoto sem tratamento (*in natura*), diretamente no rio, na Ponta do Melo. Nas áreas não atendidas, o conteúdo das fossas sépticas era despejado na rede de esgoto pluvial, e o mesmo acontecia nos pontos em que a rede cloacal ficara sobrecarregada, por falta de investimentos em sua ampliação.⁵⁵ Sob estas condições, a que se agregava a poluição hídrica gerada pelas indústrias, o resultado das medições realizadas pela equipe de Rocha Freitas, com apoio dos órgãos de saneamento da prefeitura e do estado, no verão de 1961, mostrou um quadro já alarmante, com altos índices de contaminação por coliformes fecais (microorganismos), resultantes do recebimento de esgoto cloacal não tratado, ao longo de grande parte da margem esquerda do Guaíba, especialmente no trecho norte, que recebe o rio Gravataí, mas também ao largo do centro da cidade, e ao sul, até a Tristeza, em função da proximidade do ponto de despejo da rede cloacal. Este levantamento indicou, no entanto, que as demais praias da zona sul ainda não estavam poluídas.⁵⁶ Mas o professor Rocha Freitas já via, com clareza, as perspectivas bastante sombrias de agravamento do problema nos próximos anos, caso nada fosse feito, e fez a seguinte advertência, em sua conclusão:

O Rio Gravataí e os despejos da cidade poluem de maneira grave a margem esquerda do Rio, até a Vila Conceição, prejudicando sua utilização para todos os fins, para abastecimento da população, natação, pesca e finalidades estéticas. Qualquer solução parcial, como: mudança dos pontos de captação das águas de abastecimento, campanha educativa da população, para evitar banhos nas águas poluídas, etc. são meros paliativos, pois aumentando a população e o parque industrial da cidade, dentro de mais alguns anos, a poluição se estenderá às zonas até agora inatingidas. Além disso, tais medidas protegeriam uma das finalidades do rio, ficando as demais, a mercê da poluição. A solução definitiva e radical será pois EVITAR a poluição do rio.⁵⁷

Ao avaliar as alternativas que estavam em estudo para a ampliação do sistema de esgotos sanitários de Porto Alegre, o professor Rocha Freitas recomendou, fortemente, a adoção do tratamento dos esgotos, antes de seu lançamento no rio:

Conhecemos muitos sanitaristas que são de opinião de que os cursos d'água já poluídos não merecem qualquer recuperação, devendo ser considerados como grandes emissários de esgotos. [...] Somos visceralmente contrários a essa concepção. [...] Estamos com Phelps, o professor emérito da Colúmbia University, quando [...] preconiza, em todos os casos, a preservação da pureza do rio, não admitindo o lançamento de resíduos "in natura", mesmo que a diluição fosse tal que assegurasse um teor relativamente alto de oxigênio dissolvido. O grande mestre considera a destinação por diluição, como uma nódoa na consciência sanitarista de uma comunidade [...] Somos de opinião que a classificação das massas d'água, por ordem de poluição deve ter como finalidade o estabelecimento da ordem de prioridade nas exigências e

⁵⁵ FREITAS, Amadeu Fagundes da Rocha, Op. cit., pp. 18-22. Esta seção do trabalho é ilustrada com fotografias do ponto de despejo do esgoto cloacal, na Ponta do Melo, e do ponto de captação de água bruta, para o abastecimento da zona sul de Porto Alegre, logo a jusante.

⁵⁶ Idem, pp. 23-29. Esta seção do trabalho é ilustrada com um mapa indicando os pontos de coleta de água do Guaíba e com tabelas contendo os valores dos parâmetros analisados em cada ponto.

⁵⁷ Idem, pp. 28-29.

providências para a sua recuperação. Quanto mais poluído, maior deve ser o empenho para sua recuperação. Nunca essa classificação deveria servir, como já tem acontecido, para abandonar o curso d'água à sua sorte, como irrecuperável.⁵⁸

Ele reprovou a idéia do lançamento dos esgotos *in natura*, através de um emissário subfluvial, no canal de navegação do Guaíba, a qual viria, mais tarde, a ser implantada pelo DMAE (Departamento Municipal de Água e Esgotos de Porto Alegre). Rocha Freitas não apenas entendia como impróprio o princípio de diluir os contaminantes em lugar de removê-los, mas também acreditava que, devido às suas características de um lago, o Guaíba não teria condições de escoar e diluir este despejo, terminando por devolvê-lo às suas margens, sem eliminar a poluição das praias, no que, foi possível mais tarde comprovar, estava com a razão.⁵⁹ Ainda de acordo com Alberto André, que abordou este tema em 1975, o trabalho apresentado pelo professor Rocha Freitas, “sua tese de quarenta páginas se tornou histórica neste tema porto-alegrense”.⁶⁰

O déficit crescente no atendimento às necessidades de abastecimento de água e de instalação de esgotos, face ao aumento acelerado na população da cidade, já vinha sendo uma preocupação da administração municipal de Porto Alegre, pelo menos desde o início da década de 1950. Em janeiro de 1951, o prefeito Ildo Meneghetti anunciou um plano de obras que previa, ao lado da construção da Avenida Beira-Rio, ligando o centro da cidade à zona sul, a instalação de uma usina para o tratamento do efluente cloacal da cidade, na Ponta do Melo, o que não foi levado adiante.⁶¹ Em 1961, durante a segunda administração do prefeito José Loureiro da Silva, através da lei municipal 2.312, as atribuições da secretaria municipal de água e esgoto de Porto Alegre foram transferidas para o DMAE. A criação desta nova autarquia, que iria responder diretamente ao prefeito municipal, visava dotar este ente responsável pelos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgotos de uma maior autonomia, e, a viabilizar a necessária expansão dos seus serviços. Teve influência nesta decisão a exigência que vinha sendo feita pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), então, de que os governos

⁵⁸ Idem, pp. 16-17. Rocha Freitas cita o sanitarista norte-americano Earle B. Phelps, autor de *Stream Sanitation*.

⁵⁹ Idem, pp. 26-38. Sobre o interceptor subfluvial, o sanitarista afirmou: “[...] Indiscutivelmente êsse receptor viria solucionar uma parte do problema, isto é, a defesa da qualidade da água captada pelas nossas principais instalações de Abastecimento da Cidade. Entretanto, permaneceriam dois graves aspectos do problema: o primeiro, seria a necessidade dêsse esgôto ser lançado sôbre a praia mais próxima, conforme o vento que soprasse, no verão. O segundo, seria o problema da zona sul da cidade que continuaria despejando seus esgôtos no rio, junto à margem esquerda. [...]” (Idem, p. 33).

⁶⁰ ANDRÉ, Alberto. Op. cit., p. 19.

⁶¹ Detalhes das obras necessárias à urbanização da Praia de Belas e saneamento do Menino Deus. In: *Correio do Povo*. Porto Alegre, 18 de janeiro de 1951, p. 14.

municipais transferissem os serviços de saneamento básico da administração direta para empresas públicas ou autarquias, como condição para a concessão de empréstimos. A política perseguida, desde então, pelo DMAE, foi a de buscar a inclusão, nas suas tarifas, de uma parcela que permitisse a remuneração de uma parte significativa dos investimentos necessários, o que nem sempre era possível, visto que se colocava em conflito com os interesses de particulares e os de ordem política mais imediata, além dos efeitos corrosivos da alta inflação sobre as tarifas públicas e sobre o poder aquisitivo da população.⁶²

Neste período ainda havia na cidade uma grande carência no abastecimento de água, e, assim, o poder público municipal determinou ao DMAE que priorizasse a solução deste problema, destinando-se, por consequência, a maior parcela dos recursos próprios e os obtidos junto ao BID, através de um contrato de financiamento assinado em 1964, à ampliação da sua capacidade. O principal investimento foi a instalação de uma nova estação de tratamento de água, suficiente para duplicar a capacidade de abastecimento para a cidade, a Hidráulica do Menino Deus, inaugurada em 1968.⁶³ Dada a limitação de recursos financeiros disponíveis, uma menor prioridade foi dada, então, ao sistema de esgotos, apesar de sua condição ser igualmente crítica, como visto acima. No ano de 1966, o DMAE elaborou um Plano Diretor Geral para os Esgotos Sanitários (PGE), o qual previa um aumento substancial na área urbana servida pela rede de esgotos cloacais. O plano foi aprovado pelo BID, no ano de 1967.⁶⁴ Tendo em conta este cenário restritivo, o PGE não contemplava o envio dos esgotos coletados para uma estação de tratamento, mas o seu lançamento *in natura* no canal de navegação do Guaíba, através de um emissário subfluvial, a partir da Ponta da Cadeia, na extremidade da península onde está situado o centro da cidade. Este emissário deveria substituir o despejo realizado diretamente no rio, junto à Ponta do Melo, e os dirigentes do DMAE colocaram para a comunidade sua expectativa que seria possível a diluição deste material não tratado, no curso do Guaíba e, através deste, na Lagoa dos Patos, de

⁶² Ver: SPEGGIORIN, João Carlos. *A gestão de uma empresa pública de saneamento na voz de seus dirigentes – o caso do DMAE*. Porto Alegre: UFRGS / PPG em Administração, 1999 (dissertação de mestrado). Trata-se de uma boa fonte pra informações sobre a criação do DMAE e a evolução de suas políticas para os serviços de abastecimento de água, tratamento de esgotos e monitoramento da poluição do Guaíba, a partir dos anos 1960, considerando, também, suas decisões estratégicas com respeito à política de saneamento, suas limitações de recursos e os conflitos com outros organismos, como a CORSAN (Companhia Rio-Grandense de Saneamento), do governo do estado do Rio Grande do Sul.

⁶³ Idem, p. 100.

⁶⁴ Ver: BID aprovou o plano do DMAE para esgotos. In: *Correio do Povo*. Porto Alegre, 14 de outubro de 1967, p. 7. Conforme a matéria, o plano previa um investimento de 2 milhões de dólares, de um total de 6,7 milhões de dólares a serem financiados pelo BID, para os sistemas de águas e esgoto de Porto Alegre.

modo a não comprometer o abastecimento de água para Porto Alegre, e, também, a balneabilidade das praias da zona sul da cidade.

Esta posição não impediu, no entanto, que o diretor técnico do DMAE, Rubem Noronha, quando questionado sobre a eficácia das medidas previstas no PGE, em reportagem da *Folha da Tarde*, em 1967, afirmasse que a poluição do Guaíba não era devida apenas ao esgoto lançado na Ponta do Melo, uma vez que não era somente aquela região que estava contaminada, mas todo o rio. E que o problema fugia da alçada do DMAE, uma vez que, segundo ele:

[...] o problema da poluição do Guaíba é de cunho estadual, e foge da nossa parte. As águas do Guaíba estão envenenadas de ponta a ponta, e não apenas na Ponta do Melo. Nossa parte estamos salvaguardando, procurando através da construção de obras para o futuro sanar as deficiências. [...] Muita coisa ainda existe por fazer. Principalmente no relativo a esgotos, pois em parte do Partenon e de São João-Navegantes não existem esgotos e apenas fossas. Mas isto são obras para um futuro mais distante para cuja execução seria necessário um empréstimo do BID maior do que o atual.⁶⁵

Poucos dias antes, o mesmo jornal havia publicado outra reportagem, alertando sobre a poluição do Guaíba, com o seguinte trecho: “Esporte e eczema: a cidade respira uma estranha relação. Quem vai dar uma remada ou acelerar sua lancha nas águas amigas do Guaíba pode trazer para casa uma lembrança gravada na própria pele: a eczema”. Mais adiante: “a fauna e a flora do Guaíba, em permanente deterioração, recebem dos encanamentos uma fétida contribuição”.⁶⁶ Ainda em 1967, no mês de outubro, o vereador Cleon Guatimozim, do MDB (o partido de oposição parlamentar ao regime ditatorial instaurado em 1964) denunciou, através da imprensa, que as águas do rio estavam poluídas, tornando as praias impróprias para o banho, com o risco de causar hepatite e tifo nos banhistas. O parlamentar, apoiando sua denúncia em laudos realizados por um órgão de saneamento de fora do estado (a SURSAN, do Rio de Janeiro), encaminhou ao prefeito municipal, Célio Marques Fernandes, um pedido de interdição das praias. Guatimozim foi contestado por representantes da secretaria municipal de saúde, para os quais “há um índice de poluição considerado como normal, mas ele, na realidade, é variável de acordo com os fenômenos mais diversos”. O vereador também encaminhou sua denúncia ao governador do

⁶⁵ Esgôto da cidade será lançado após o canal de navegação. In: *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 6 de dezembro de 1967, p. 21. A matéria era ilustrada com uma fotografia do ponto de despejos do esgoto cloacal não tratado, na Ponta do Melo, com a seguinte legenda: “O DMAE também acha uma ‘nojeira’ o esgoto sair assim, ali na Ponta do Melo, e pretende instalar outra saída, na Ponta da Cadeia, mas com tubos de aço, e além do canal de navegação, sob as águas do Guaíba.”

⁶⁶ Nunca beba água! ...sem antes fervê-la. In: *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 18 de novembro de 1967, p. 14.

estado, Peracchi Barcellos, através do chefe da Casa Civil, João Dêntice.⁶⁷ O assunto foi veiculado apenas pelo jornal *Zero Hora*, e não teve desdobramentos imediatos.

No ano de 1970, o DMAE criou um grupo de trabalho com o objetivo de estudar a poluição do Guaíba, o GPOL. Em novembro de 1971, os resultados de uma primeira avaliação da qualidade das águas deste rio e de seus principais formadores foram apresentados pelo DMAE, durante o 17º Congresso Brasileiro de Química, realizado em Porto Alegre. Os seus técnicos asseguraram que a água do rio ainda era adequada para o abastecimento da população, após o devido tratamento, mas alertaram para os impactos, no futuro próximo, da poluição gerada pelo crescente despejo de efluentes não tratados das diversas indústrias da região metropolitana de Porto Alegre. As condições de balneabilidade das praias não foram discutidas, então.⁶⁸ Mas a poluição já estava afetando as praias do Guaíba, e afugentando de suas águas os banhistas. Em 1972, a revista *Realidade* publicou uma edição especial sobre as cidades brasileiras, trazendo um encarte com um mapa da cidade de Porto Alegre traz informações sobre o estado destas praias e do seu uso pelos porto-alegrenses.⁶⁹ No mesmo ano, em matéria sobre a procura das praias no início do veraneio, o jornal *Zero Hora* escreveu:

[...] As águas poluídas do Guaíba não inspiram coragem para o banho a ninguém, com exceção das crianças, é claro. A maioria ficou na areia, tomando seu banho de sol ou jogando bola e frescobol. O Guaíba ficou para os barcos e lanchas. [...]⁷⁰

E a poluição do Guaíba e de seus afluentes no entorno de Porto Alegre, não apenas pelos esgotos domésticos e efluentes industriais não tratados, mas também pelos efeitos do uso até então indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras da região produtora de sua grande bacia hidrográfica, também trouxe graves prejuízos à atividade dos pescadores da região das ilhas do

⁶⁷ Praia cheia apesar do aviso. In: *Zero Hora*. Porto Alegre, 9 de outubro de 1967, p. 7 e 28 (contracapa). Edil pedirá a interdição de nossas praias. Idem, 10 de outubro de 1967, capa e p. 14. Cleon insiste: quer interditar. Idem, 12 de outubro de 1967, p. 3. Estado examinará a poluição. Idem, 14 de outubro de 1967, p. 7. Nestas denúncias, o vereador menciona, além do laudo da SURSAN-RJ, a existência de um ofício encaminhado pelo próprio prefeito Célio Marques Fernandes, à Câmara de Vereadores de Porto Alegre, no qual este teria afirmado que: “as águas do Guaíba, em toda a sua margem esquerda, desde o Rio Gravataí, não são apropriadas para a recreação pública.”

⁶⁸ Para o DMAE, poluição do Guaíba ainda não preocupa. In: *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 26 de novembro de 1971, pp. 20-21.

⁶⁹ Revista *Realidade*. São Paulo: Abril, nº 74, maio de 1972 (edição especial: “Nossas Cidades”, encarte sobre Porto Alegre). Sobre as fontes de poluição, o texto diz: “Aqui o arroio Dilúvio larga no rio Guaíba os esgotos de cinco bairros. O químico Alberto Melchionna, diretor da Divisão de águas do DMAE diz que ele é ‘uma cloaca viva’. No verão, as crianças das vilas marginais da avenida Ipiranga tomam banho no arroio Dilúvio”. Sobre as praias: “Praia de Ipanema. Tem 5.701 habitantes fixos, mas no verão atraí milhares de porto-alegrenses, que lotam os ônibus e ainda chegam em caminhões trazendo farnel. É a mais poluída das praias do Guaíba, e a mais popular”. E “Guarujá, 3.020 habitantes. Depois de Ipanema é a praia mais procurada. Bem mais limpa, seus freqüentadores dizem que ela tem ainda a vantagem de ser ‘menos misturada’ (socialmente). As praias de Belém Novo, Espírito Santo e Lami são semelhantes”.

⁷⁰ Ainda está difícil para chegar e usar as praias. In: *Zero Hora*. Porto Alegre, 27 de novembro de 1972, p. 3.

Delta do Jacuí. A redução da quantidade de peixes no rio, neste período, já estava levando estes pescadores à busca de alternativas para a obtenção de renda.⁷¹

Em 1973, seis anos depois das primeiras notícias na imprensa, o processo que levou à degradação das águas do Guaíba em quase toda a orla urbana de Porto Alegre já está praticamente completo. Um ano antes, a instalação da fábrica de celulose da companhia norueguesa Borregaard, em Guaíba, em frente às praias da zona sul, representou, simbolicamente, uma espécie de golpe de misericórdia nesta opção de lazer e convivência dos porto-alegrenses, embora fosse bem claro que a causa maior da poluição ainda fosse o despejo do esgoto sanitário não tratado. Em setembro de 1973, é inaugurada a auto-estrada ligando Porto Alegre a Osório, no litoral norte, a chamada *freeway*. Com esta rodovia, o tempo de viagem às praias, que ainda era de pelo menos quatro horas na velha estrada estadual que passava por Gravataí e Santo Antonio da Patrulha, ficava reduzido, em dias normais, a menos de duas horas, um pouco mais nos engarrafamentos dos fins-de-semana do verão e de feriados prolongados.

Em novembro deste ano, considerando a alta contaminação de suas águas por coliformes fecais, o secretário de saúde do estado do Rio Grande do Sul, Jair Soares, determina a interdição de grande parte das praias do Guaíba em Porto Alegre, e a colocação de placas de advertência.⁷² No ano de 1975, o DMAE concluiu a instalação do emissário subfluvial para o despejo da maior parte do esgoto cloacal não tratado de Porto Alegre no canal de navegação do Guaíba, a partir da Ponta da Cadeia, uma das principais obras do seu PGE, ao lado da ampliação da rede sanitária e de adutoras e estações de bombeamento.⁷³ As praias continuaram poluídas, e as placas de advertência colocadas em 1973, geralmente com o seguinte texto: “Perigo. Praia Poluída. Recomenda-se não tomar banho neste local.”, não foram retiradas da maior parte destes balneários, desde então.

⁷¹ Peixe acabou e pescadores querem uma nova profissão. In: *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 16 de novembro de 1973, pp. 20-21. A matéria mostra os esforços de organização da comunidade de pescadores da Ilha Grande dos Marinheiros, através de sua associação, a SADI.

⁷² Banho no Guaíba pode dar hepatite infecciosa. In: *Zero Hora*. Porto Alegre, 20 de novembro de 1973, capa e p. 11. Um dia antes, quando indagado sobre a poluição das águas do Guaíba, o diretor geral do DMAE, Alfredo Cestari, respondeu que “não há alteração visível [...] o Rio Guaíba continua o mesmo: a água é perfeita para tratar e usar.” Quando questionado, porém, sobre as placas de advertência que seriam colocadas pela secretaria estadual de saúde, interditando as praias para o banho, Cestari concordou que “do Arroio Dilúvio para lá há lançamento de esgotos; logo, a água não é limpa”. Ver: *Reconstrução da Hidráulica do Menino Deus começa em janeiro*. In: *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 19 de novembro de 1973, p. 6.

⁷³ PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS. *Histórico dos sistemas de água e esgotos da cidade de Porto Alegre- 1779 a 1981*. Porto Alegre, 1981, p. 74. E também: SPEGGIORIN, João Carlos. Op. cit., pp. 102-103.

3.4. A perda das praias vista pela memória dos porto-alegrenses

Tomando como base as matérias publicadas pela imprensa da época, um período de poucos anos foi suficiente, depois da interdição, para tornar o banho nas praias do Guaíba apenas uma memória de um tempo distante, e sem possibilidade de retorno, para os porto-alegrenses. Esta visão transparece claramente nas páginas da *Zero Hora*, no ano de 1977:

O problema é o mesmo de anos passados: com a maior frequência de fins de semana quentes, aumenta a procura pelas praias de Porto Alegre. Mas os balneários da Zona Sul continuam sem condições de receber a população. Da poluição, ninguém mais reclama, mas o abandono e a falta de policiamento são motivos de queixa.⁷⁴

Claro que o quadro era bem mais complexo, pois o problema da poluição das praias, e de todo o rio, ainda provocava indignação em muitas pessoas, inclusive na própria imprensa, não apenas entre os ambientalistas. Por outro lado, se a poluição e o descuido com as praias afastaram o público das classes mais favorecidas, não impediu que elas continuassem a ser frequentadas, até mais intensamente, pelos mais pobres, inclusive para o banho, mas principalmente nos bares junto à praia, em Ipanema e Belém Novo, muitos instalados de forma irregular.⁷⁵

Muitos porto-alegrenses associam o abandono das praias do Guaíba não apenas à sua poluição, mas também à maior facilidade de acesso ao litoral marítimo, por estradas asfaltadas, que culminou com a inauguração da *freeway*.⁷⁶ Esta opinião é compartilhada tanto pelos mais jovens, quanto pelos que chegaram a desfrutar das praias ainda não poluídas. Entre estes últimos, alguns depoimentos podem ser vistos em *Belém Novo (Memória dos Bairros)*, como segue:

O progresso, entre aspas, começou a chegar aqui e o lugar a se deteriorar no fim da década de cinquenta, no início da década de sessenta, quando se teve a facilidade de acesso às praias de mar e aqui se esvaziou como balneário [...] Aí houve a poluição de todo o estuário. [...] (Paulo Pacheco, médico veterinário)⁷⁷

⁷⁴ Capital preparada para o verão. In: *Zero Hora*. Porto Alegre, 9 de outubro de 1977.

⁷⁵ Só os bares numa praia que é ruim. In: *Zero Hora*. Porto Alegre, 5 de fevereiro de 1977. É uma matéria falando sobre os efeitos da poluição do rio em Ipanema e sobre a decadência das atividades de lazer naquele bairro da zona sul de Porto Alegre. A reportagem trazia alguns depoimentos, entre os quais: (i) o secretário da SABI (Sociedade dos Amigos do Balneário Ipanema), G. Furtado, lembrou os tempos em que “chegava a trazer muitas crianças para tomar banho no rio. Agora, nem meus filhos trago, faz uns dez anos que procuro fugir da praia, há muita poluição”; (ii) o diretor da SABI, Assis Almeida Barbosa: “na SABI está tudo bem, mas na praia não dá para ir”, enquanto, (iii) outro morador de Ipanema, Mathias Milton Hermann falou da “prostituição de noite, aí fica pior ainda”; (iv) Neuza Cardoso, proprietária do Bar Saveiro: “O movimento caiu 100% do ano passado para cá. Falta cerveja, muitas vezes não temos mais de duas caixas para fornecer. Aqui botavam muitas placas avisando contra a poluição. Isso também afasta o pessoal que antes preferia Ipanema para os banhos”.

⁷⁶ Os jornais do período registram, de fato, que a inauguração da *freeway* aumentou enormemente o fluxo de pessoas para o litoral norte do estado, em especial para Tramandaí, a praia de mar mais próxima. Logo nos primeiros fins-de-semana do verão de 1973, isto gerou grande preocupação entre as autoridades do estado (Brigada Militar e DETRAN). Ver: “Freeway” faz BM reforçar litoral antes da temporada, e DETRAN está preparando ação educativa para orla marítima. In: *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 6 de novembro de 1973, p. 20.

⁷⁷ CRUZ, Cassius Marcelus, FERNANDEZ, Érico Pinheiro e GOMES, Rodrigo de Aguiar. Op. cit., p. 70.

Olha, isso dura até a construção da Freeway. Houve essas facilidades na condição de ir para o mar. [...] As pessoas que tinham o seu carro... de Porto Alegre a Tramandaí leva uma hora. Cidreira também. Então isso facilitou a que, no verão, as pessoas procurassem o mar. Isso foi aí por sessenta, setenta. Mas, ainda assim, as pessoas que não tinham condições de chegar ao litoral continuaram freqüentando. (Julieta Poletto, comerciante)⁷⁸

Esta era também a opinião de Roberto Pellin, em *Revelando a Tristeza*:

Hoje, com as estradas bem pavimentadas e os meios de locomoção modernizados, gastamos, para atingir o mar, o mesmo tempo que no início do século se gastava para vir da cidade até aqui. Além do mar ser mais agradável, ainda surgiram problemas com as nossas praias, que as autoridades não conseguiram resolver: poluição.⁷⁹

A poluição das praias, por sua vez, foi diretamente associada, por muitas pessoas, à chegada da Borregaard, como pode ser visto em alguns depoimentos sobre Belém Novo:

Aí começou a poluição. Até o pessoal fez almoços aí, chamou candidatos a prefeito para reclamar da poluição. Aí mandavam plantar junco aqui, que o junco ia tirar a poluição da Borregaard, e isso terminou com a praia todinha. A praia de Belém tomada de junco, e agora? [...] Tinha cheiro que vinha da Borregaard. (Noraci Martins Pinto, dona de casa)⁸⁰

A praia era limpa, a gente ocupava lá. [...] A Educação Física, nos primeiros anos do Colégio Glicério Alves, proporcionava natação no Rio Guaíba. Era despoluído, completamente diferente. A gente pescava no rio e dava peixe. Depois, com o advento da Borregaard, parte da pescaria terminou. Existia um movimento muito grande dos veranistas que vinham do centro para acampar na praia do Veludo. [...] Digamos assim: a criação da Borregaard foi um golpe de misericórdia no rio Guaíba, no final dos anos sessenta. (Camilo Hartmann, professor do Colégio Glicério Alves)⁸¹

E o contraste entre o tempo em que o Guaíba tinha praias limpas e boa pesca e a sua condição degradada podia ser visto em depoimentos de moradores de Belém Novo a um programa de televisão, no ano de 1987:⁸²

[Há quarenta anos,] toda praia era areia, não tinha este capim que nós vimos hoje aí. Qualquer ponto que o senhor chegasse era praia de banho. Água limpa. Se podia entrar com a água na cintura e enxergar onde é que estavam os seus pés. Hoje nós temos esta praia assim, nestas condições (Homero Ferreira, morador há mais de quarenta anos no bairro)

[Há trinta anos,] dava peixe gordo, bagre de até 18 quilos. Depois, dessa época para cá, começou a diminuir. O bagre não entrou mais. Alguma tainha que vinha aí, já vinha meio doente. Peixe que tem se pego aqui é peixe com gosto de óleo. Basta ver essa poluição, essa espuma. [...] O rio Guaíba ainda representa a vida, tudo. Um modo de vida que a gente até sente saudade. De 15, 20 anos atrás, que era tudo saudável, não é? (Jaci Ferreira, pescador há trinta anos).

⁷⁸ Idem, pp. 113-114.

⁷⁹ PELLIN, Roberto, Op. cit., p. 105.

⁸⁰ CRUZ, Cassius Marcelus, FERNANDEZ, Érico Pinheiro e GOMES, Rodrigo de Aguiar. Op. cit., p. 114.

⁸¹ Idem, pp. 114-115. A Escola Estadual de 1º e 2º Graus Glicério Alves fica próxima ao centro do bairro de Belém Novo, zona sul de Porto Alegre.

⁸² Porto que te quero alegre. *RBS-TV*. Porto Alegre, março de 1987. Programa exibido na semana de aniversário da cidade. Ao mostrar as praias da zona sul vistas do rio, o apresentador, Rogério Mendelski, diz: “Ipanema traz a lembrança de veraneios quando as águas do Guaíba ainda eram cristalinas. Hoje, o rio carrega em suas águas a poluição da grande cidade.” Mas isto não vem acompanhado de nenhuma cobrança. Nas imagens exibidas, o contraste da beleza natural, do casario da orla e dos barcos com os efeitos devastadores da poluição causada pela intervenção humana: as margens do rio sujas de óleo e espuma, ao lado de malocas, em Belém Novo, e uma criança tomando banho ao lado de latas boiando na praia, em Ipanema.

4. ANOS 1970: A POLUIÇÃO DO GUAÍBA EM DISCUSSÃO

4.1. As discussões no âmbito político: o caso Borregaard e os planos do DMAE para os esgotos de Porto Alegre

A instalação da Borregaard fazia parte do esforço em busca do crescimento econômico, nos anos do regime militar, e foi viabilizada por vários incentivos concedidos pelos governos federal e estadual. Localizada em Guaíba, às margens do rio, em frente à zona sul de Porto Alegre, a fábrica começou a operar em março de 1972. Sem dispositivos adequados para o tratamento de seus resíduos, logo a poluição causada pelo lançamento de um licor negro nas águas do rio, e, mais ainda, pelo mau cheiro de suas emissões de gases sulfúricos, se tornaria extremamente desagradável, causando grande revolta na população em geral. Entre as pessoas influentes que tiveram seus interesses afetados estava o empresário Breno Caldas, do grupo Caldas Júnior (*Correio do Povo*, Rádio Guaíba), pois era proprietário de um grande haras, às margens do rio, em Belém Novo.⁸³ Este quadro acabaria levando o governo do estado, frente a uma campanha conduzida pela imprensa, e embasada pelos argumentos dos ambientalistas, a forçar a empresa, inclusive por meio de sua interdição temporária, a instalar os equipamentos necessários para o controle da poluição.⁸⁴ A discussão do caso Borregaard está fora dos objetivos deste trabalho. O que interessa considerar, aqui, é que a entrada desta fábrica em operação, devido a seus fortes impactos, acabou servindo como uma espécie de catalisador, que ajudou a despertar a preocupação de uma parte significativa da sociedade gaúcha para a questão ambiental, em pleno período da ditadura civil-militar e de sua política desenvolvimentista. Ainda em 1972, a

⁸³ BONÉS, Elmar; HASSE, Geraldo. *Pioneiros da ecologia – breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Já Editores, 2002, p. 74. Depoimento de Giselda Castro, uma das fundadoras da ADFG (Ação Democrática Feminina Gaúcha), sobre os fatores que ajudaram a deslançar o movimento ecologista: “[...] foi a Borregaard. E por quê? Porque mexeu no bolso. Breno Caldas, que era dono da Caldas Júnior, tinha um haras. Como aquele cheiro [...] estava matando os cavalos dele (e aí entra o lucro), ele abriu a imprensa para as reivindicações ecologistas.”

⁸⁴ DREYER, Lilian. *Borregaard: um marco da luta ambiental no Rio Grande do Sul*, disponível em: <http://www.agenda21empresarial.com.br/web213/Library/!BORREGAARD-UmMarcodaLutaAmbientalnRioGrandedoSul-LilianDreyer.pdf>, acessado em outubro de 2009; PEREIRA, Elenita M. A voz da primavera: As reivindicações do movimento ambientalista gaúcho (1971-1980). In: *Revista Historiar*, Ano I, Ed. 01, 2008, disponível em http://www.revistahistoriar.com/files/a_voz_da_primavera_as_reivindicacoes_do_movimento_.pdf, acessado em outubro de 2009, pp. 19-21. Sobre a poluição das águas do Guaíba pelos despejos da Borregaard, ver: Borregaard. Depois do cheiro a poluição do rio. In: *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 20 de novembro de 1973, p. 9. Nesta matéria, o deputado estadual opositor Moisés Velásquez cobrava medidas para que a empresa deixasse de despejar a lixívia negra no rio, ponto que, segundo ele, não estaria contemplado entre as exigências feitas pela secretaria estadual de saúde para que a fábrica não fosse interdita.

Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul instalou uma Comissão Parlamentar Especial (CPE) para estudar os problemas da poluição e do meio ambiente.⁸⁵

Nas sessões de abertura desta CPE, o ambientalista José Lutzemberger fez uma longa explanação sobre a ecologia como ciência da sobrevivência, quando discorreu sobre os efeitos do modelo econômico vigente, que privilegiava o lucro e os resultados de curto prazo, à custa da preservação do meio ambiente. O ambientalista mostrou então, com realismo, que as conseqüências da destruição ambiental, apesar de terminarem por se distribuir entre todos, não eram percebidas como tão ameaçadoras quanto a perda de empregos que um maior controle da poluição poderia trazer:

Infelizmente há um aspecto funesto, insidioso, no preço da tecnologia moderna. [...] Aquele que usufrui das vantagens em geral não é quem paga o preço. [...] As vantagens financeiras da destruição de um rio são imediatas para os donos das fábricas; aqueles que pagam o preço pagam pouco a pouco; muitas vezes nem se dão conta do que está acontecendo. [...] Sem poluição os mil empregados da grande fábrica perderiam logo seu emprego. O protesto seria grande. Com poluição os dez mil pescadores se retiram pouco a pouco. Nem protestam. As centenas de milhares de banhistas, inicialmente, procuram novas praias, até que não haja mais praias em lugar nenhum. Na mais perfeita das democracias ainda não se inventou o voto para as gerações futuras. Mas são elas que pagarão o elevado preço de nossa imprevidência.⁸⁶

A poluição hídrica foi um dos principais tópicos abordados na CPE. Uma das sessões dedicadas a este tema referiu-se, especificamente, ao problema da poluição do Guaíba causada pelo lançamento do esgoto cloacal não tratado de Porto Alegre e região, e aos planos do DMAE para a sua solução. Nesta ocasião, o seu diretor geral, engenheiro Alfredo Cestari, alertou para as ameaças ao abastecimento de água, num futuro próximo, caso não fossem tomadas medidas para o controle e tratamento dos esgotos domésticos e industriais no Guaíba e afluentes. No início de seu depoimento, Cestari afirmou que a poluição do rio ainda não era tão grande quanto se imaginava, mas atribuiu isto, exclusivamente, à sua grande capacidade de diluição dos despejos, e destacou a inexistência de maiores cuidados, até então, com a preservação do meio ambiente, ao afirmar que:

⁸⁵ RIO GRANDE DO SUL. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. *Poluição e desenvolvimento*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1972, 562 p. Anais da Comissão Parlamentar Especial que estudou os problemas da poluição e do meio ambiente. Presidida pelo deputado Hugo Mardini, do partido governista ARENA, e integrada por mais quatro deputados, esta comissão trabalhou durante um ano, abordando uma vasta gama de assuntos, desde o saneamento básico até a saúde no trabalho, passando pela poluição gerada pelas indústrias e pelo uso dos agrotóxicos. Tendo na sua assessoria um grupo de especialistas que contava, entre outros, com o ambientalista José Lutzemberger, e com depoimentos de vários integrantes dos governos federal, estadual e do município, além de especialistas e gestores de outros estados e do exterior, o seu relatório final, um documento com 562 páginas, é uma fonte muito interessante acerca da temática ambiental na época.

⁸⁶ LUTZEMBERGER, José. Ecologia como ciência da sobrevivência. In: Idem, pp. 41-42 (explanação realizada em 30 de maio de 1972).

O que nos salva, aqui em Porto Alegre, é que o rio Guaíba é formado por vários rios, que tem um volume de água muito grande. [...] Então, o que nos salva – digo-o de novo – não são os nossos cuidados, porque, para dizer a verdade, nunca tivemos cuidados com a poluição. Nunca houve uma preocupação maior em evitar que o esgoto seja todo despejado no rio. Nem nós, nem os que nos antecederam.⁸⁷

O diretor geral confirmou o plano do DMAE quanto ao envio do esgoto doméstico da cidade, *in natura*, para o canal de navegação do Guaíba, através de um emissário subfluvial, mas assegurou que todo o volume adicional de esgoto só seria enviado ao rio após tratamento.⁸⁸ E no prosseguimento dos trabalhos da CPE, quando questionado pelo presidente da comissão, a respeito das razões pelas quais não estava prevista, no plano de curto prazo do DMAE, o tratamento do esgoto cloacal, o diretor Cestari alegou a inviabilidade financeira de conduzir simultaneamente a ampliação da rede de esgotos e a instalação de sistemas de tratamento.⁸⁹

No seu relatório final, a CPE concluiu que “o Guaíba em muitas regiões ultrapassa o padrão normal, com um índice de poluição muito superior ao que as recomendações da OMS toleram”, e que “um banho no Guaíba pode abrir caminho para dezenas de doenças, provocadas pela ingestão da água ou pelo simples contato.” Entre as suas recomendações, estava a criação de um órgão governamental com a função específica de centralizar os programas de pesquisa e controle da poluição ambiental.⁹⁰ Em junho de 1973, em função das conclusões e recomendações desta CPE, a Assembléia emitiu um decreto legislativo, aprovando a realização de um convênio entre o Governo do Estado e o Ministério da Marinha, para a realização de estudos e trabalhos

⁸⁷ Idem, pp. 64-65 (depoimento prestado em 8 de junho de 1972).

⁸⁸ Felizmente existe hoje dentro desse organismo, [...], a consciência de que o esgoto, daqui por diante, deverá ser tratado. Existe um programa, já de alguns anos, pelo qual serão lançados no Guaíba, na Ponta da Cadeia, num canal a 700 metros da margem e a 12 metros de profundidade, cerca de 3 metros cúbicos de esgoto por segundo. [...] Não nos preocupamos em fazer, de imediato, o tratamento. Por que? Em primeiro lugar as instalações atuais não nos permitem fazer este tratamento. Não existe local adequado para isso e parece que essa dose de esgoto bruto lançado no Guaíba não afetará as qualidades físico-químicas e micro-biológicas do rio [...]. Portanto estou descansado. Mas daí por diante todo o excedente de 3 metros cúbicos de esgoto, esse deverá ser tratado e para isso tomamos as providências iniciais. Idem, pp. 65-66 (depoimento prestado em 8 de junho de 1972).

⁸⁹ Devo ainda esclarecer que esse m3 que vamos jogar no Guaíba não é novidade. Há muitos anos que os esgotos de Porto Alegre, com ou sem tratamento, são lançados no Guaíba [...] Mas, vejam bem: se tivéssemos que tratar todos os esgotos que hoje vão ser lançados no Guaíba, o custo seria tão alto que impediria, dentro do nosso orçamento, por 10 ou 15 anos, fazer qualquer obra de esgoto em Porto Alegre. [...] É preciso lembrar que Porto Alegre, com 1.200 km de rede de água, só tem 300 km de esgoto cloacal. Portanto, se nos atirássemos num programa de tratamento desse esgoto, teríamos um custo tão elevado que nos impediria de prosseguir em qualquer planejamento. Agravaria o problema, porque toda a área não atingida pela rede de esgoto cloacal seria drenada e todos os dejetos iriam ao rio, da maneira pior possível. Parece-me uma resposta razoável. Idem, p. 213 (depoimento prestado em 5 de outubro de 1972).

⁹⁰ Idem, p. 560 (OMS: Organização Mundial da Saúde, vinculada à ONU). O relatório da CPE sobre poluição e meio ambiente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul foi divulgado para a imprensa em 26 de junho de 1973. Ver: Poluição: Mardini quer um instituto especializado. In: *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 27 de junho de 1973, p. 25.

necessários ao controle e combate à poluição das águas do rio Guaíba e suas bacias contribuintes. Foi a primeira iniciativa governamental tomada a este respeito.⁹¹

Mas foi apenas em 1975 que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre questionou a eficácia da instalação do emissário subfluvial de esgoto não tratado, pelo DMAE, por meio de um parecer de sua Comissão de Serviços e Obras Públicas, sugerindo ao Ministério do Interior e à Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) que avocassem para si a competência sobre este projeto.⁹²

4.2. Notícias e crônicas, mas não editoriais: os jornais frente à poluição das praias

O processo que acabou levando à necessidade de interdição das praias do Guaíba foi registrado com uma boa riqueza de detalhes pelos jornais de Porto Alegre, nas décadas de 1960 e 1970, o que permitiu tê-los como a maior fonte de informação para este trabalho. Mas o exame do seu conteúdo indica que, na sua maior parte, e em todos os veículos pesquisados (*Correio do Povo*, *Folha da Tarde* e *Zero Hora*), o noticiário sobre a crescente contaminação das águas do rio não vinha acompanhado de uma cobrança mais enérgica de medidas aos poderes públicos.

Entre os vários exemplos desta postura, no mínimo ambígua, da imprensa gaúcha na época, poderia ser citado o episódio do pedido de interdição das praias pelo vereador oposicionista Cleon Guatimozim, em outubro de 1967. O assunto foi noticiado apenas na *Zero Hora*, e este jornal, apesar de dar uma capa ao pedido do vereador (“Edil pedirá a interdição de nossas praias”), não tomou posição sobre o mesmo em editorial, e, além disso, procurou minimizar, de certo modo, o problema, ao destacar que, num fim-de-semana de muito calor, fora da temporada de verão, “muitos se aventuraram a enfrentar as águas, que mais pela temperatura do que pela poluição, não estavam ainda, segundo os entendidos, no ponto.” E complementava dizendo que o vereador teria muito trabalho para “convencer o pessoal de que existe poluição.”⁹³

Outro exemplo diz respeito à solução adotada pelo DMAE para o despejo do esgoto sanitário de Porto Alegre, com seu lançamento *in natura* no canal de navegação do Guaíba. As

⁹¹ Trata-se do Decreto Legislativo 3.063, de 29/06/1973, texto disponível em http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=35637&hTexto=&Hid_IDNorma=35637, acessado em outubro de 2009. O Ministério da Marinha estava incumbido, na época, dos planos para o controle e combate à poluição na baía de Guanabara (ver: Rio Grande do Sul. Assembléia Legislativa. Op. cit., pp. 191-234, Depoimento VIII, 5 de outubro de 1972).

⁹² Ver: Comissão de Serviços e Obras Públicas da CMPA, 1975, Ata nº 13, 15 de maio de 1975. Aprovação de parecer nº 31/75, do vereador Rubem Thomé.

⁹³ Biquíni desfilou. In: *Zero Hora*. Porto Alegre: 9 de outubro de 1967, p. 7. Na contracapa, o jornal traz a seguinte manchete: “As praias estão cheias. Perigo não assustou banhistas.”

informações fornecidas por este órgão e por outras autoridades, até a implantação do emissário subfluvial, em 1975, quase sempre acompanhadas da afirmação de que isto iria restaurar a balneabilidade das praias, não eram questionadas nas reportagens.⁹⁴ No entanto, um questionamento muito incisivo à eficácia desta obra para a preservação do rio, foi feito pelo cronista Ney Gastal, do *Correio do Povo*, em 1975:

Já o diretor do DMAE [...] andou declarando que o esgoto cloacal da ponta da cadeia não vai poluir o rio, porque lançará “apenas” o detrito de 270 mil pessoas, enquanto que o rio pode suportar uma carga muito maior. Ora, sr. Diretor, não nos faça rir. O pobre Guaíba está tão poluído que qualquer ano destes a imagem de Nossa Senhora vai se recusar a entrar no barco para a procissão. Não se deveria mais estar discutindo se o rio deve ou não receber uma nova carga de poluição. Dever-se-ia, isto sim, discutir qual a carga de poluentes que é preciso tirar do rio e colocar noutro lugar. Ou dar um tratamento. [...] O sr. já deu uma olhada na cor deste Guaíba, que alguns historiadores de prestígio afirmam já ter sido limpo? Não? Então dê, sr. Diretor. É uma cor feia, uma cor suja, uma cor fedorenta. [...] o sr. já imaginou a quantidade de, como dizer? ... detritos, que 270 mil pessoas podem lançar num dia. É um monte, sr. Diretor, e o sr. pretende jogar tudo dentro do rio e afirma que não vai poluir.⁹⁵

Mas a maior demonstração da relativa indiferença e conformismo com que este processo de degradação ambiental foi retratado na imprensa gaúcha da época pode ser vista na cobertura que foi dada à decisão da Secretaria Estadual de Saúde de interditar para o banho grande parte das praias do Guaíba em Porto Alegre, em novembro de 1973. Na ocasião, esta notícia não foi acompanhada de qualquer manifestação em editorial, e, embora recebendo chamada na capa da *Zero Hora*, teve um destaque mínimo, em comparação com as outras manchetes, relativas ao início da cobrança de pedágio na auto-estrada para o litoral norte e à possibilidade de fechamento da Borregaard. Apenas a *Folha da Tarde* ilustrou a sua matéria com as placas que seriam colocadas nas praias.⁹⁶

⁹⁴ Ver: (i) Thompson anuncia novas obras de esgoto. In: *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 15 de junho de 1973, p. 15: “O prefeito Thompson Flores afirmou ontem que o DMAE contratou [...] todo o plano de esgoto cloacal de Porto Alegre [...] Thompson disse que será dada prioridade às praias da cidade. Embora esta obra não tenha viabilidade econômica, explicou, atende a toda a população de Porto Alegre.”; (ii) A Cidade (coluna). In: *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 16 de junho de 1973, p. 15: “Plano Diretor – [...] Com estes projetos, o DMAE procurará sanear as praias do Guaíba, evitando o lançamento de esgotos na orla ribeirinha e a conseqüente poluição. O funcionamento próximo da estação de recalque de esgotos na Ponta da Cadeia, canalizando todo o lançamento da rede da cidade para o canal do rio, mais de 500 metros além das margens, fará com que essa poluição seja evitada em alta percentagem.

⁹⁵ GASTAL, Ney. Coisas da Cidade Grande (coluna). In: *Correio do Povo*. Porto Alegre, 2 de fevereiro de 1975, p. 13. O autor, também crítico de cinema, logo viria a se engajar no movimento ambientalista. Nesta mesma edição do *Correio do Povo*, o projeto do emissário subfluvial também foi questionado por Alberto André (Op. cit., p. 19): “Comentou-se não se conhecer a fundo entre nós a hidrologia do Guaíba. Portanto, se era certo conduzir os esgotos cloacais da Ponta do Melo e do Arroio Dilúvio para um emissário, limpando a margem esquerda, seu lançamento no canal, sem tratamento, a 700 metros da ponta da Cadeia, poderia devolvê-los à origem. É o que está sendo discutido, pois a inauguração está programada para março.”

⁹⁶ Ver: (i) Banho no Guaíba pode dar hepatite infecciosa. In: *Zero Hora*. Porto Alegre, 20 de novembro de 1973, capa e p. 11; (ii) Saúde vai dizer onde não se pode tomar banho no Guaíba. In: *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 23 de novembro de 1973, p. 19.

4.3. As críticas dos ambientalistas: desde quando um rio tem capacidade ociosa para porcaria?

O ativismo em prol da defesa do meio ambiente se estruturou de uma forma mais sistemática, no Rio Grande do Sul, a partir da criação da AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural), em abril de 1971, em Porto Alegre. Desde então, estes ambientalistas tiveram uma forte atuação junto à sociedade e governos no estado, na defesa de causas como a da adoção do receituário agrônômico, o controle da poluição hídrica e atmosférica causada pelas indústrias e a instalação de parques naturais e áreas de preservação. O movimento ambientalista no estado teve entre seus precursores o botânico e padre jesuíta Balduino Rambo e o delegado florestal Henrique Luís Roessler. O padre Rambo foi o autor de *A fisionomia do Rio Grande do Sul*, de 1942, livro em que fez um retrato da paisagem gaúcha, com base em suas viagens por todo o estado, e Roessler foi um ativo militante em prol da preservação de rios e matas, já na década de 1950.⁹⁷ Henrique Roessler, por sua vez, escreveu um artigo pioneiro, publicado no *Correio do Povo* em 1957, denunciando a poluição do Rio dos Sinos pelo despejo *in natura* de resíduos tóxicos dos curtumes e de outras indústrias da região.⁹⁸

Com relação ao caso específico da poluição do Guaíba, os ambientalistas também mantiveram um posicionamento de forte crítica, não apenas na questão da Borregaard e das outras indústrias instaladas na região, mas também quanto às soluções adotadas pelas autoridades responsáveis pela área de saneamento básico em Porto Alegre e no estado. Assim, Lutzemberger, em depoimentos concedidos em 2001, um ano antes de sua morte, recordou-se de sua perplexidade com a instalação do emissário subfluvial de esgoto cloacal não tratado, pelo DMAE, em 1975, e por este órgão ter procurado convencer a população de que esta seria uma medida

⁹⁷ BONES, Elmar; HASSE, Geraldo. Op. cit., pp. 27-29. Em sua obra, hoje considerada um clássico da literatura sobre o estado, Rambo já discorria sobre a necessidade de proteger o patrimônio natural frente aos impactos da atividade humana, e, ao descrever a paisagem da região em torno de Porto Alegre, ressaltou a beleza do litoral do Guaíba, cheio de recortes, morros e vegetação, em contraste com a aridez e monotonia da costa marítima gaúcha. RAMBO, Balduino. Op. cit., pp. 432-438, suas idéias sobre a proteção à natureza, e pp. 96-97, sobre a costa do Guaíba: “[...] As paisagens mais belas acham-se do lado oriental [...] Originam-se assim numerosas pontas que interrompem a monotonia da margem com o ritmo cadenciado de suas formas. Alternando com praias rasas ao abrigo das elevações internas, cercados de cintas rochosas sobre a linha de água, adornadas de belas matas até o topo, [...] produzem um quadro de grande variedade e beleza. Substituem assim, embora em escala reduzida, o que a natureza negou ao litoral marítimo do Rio Grande do Sul: uma costa rochosa, convidando o homem a saltar em terra, a descansar ao abrigo das montanhas e ali estabelecer seu quartel-general para a conquista do interior.”

⁹⁸ ROESSLER, Henrique L. Águas envenenadas dos nossos rios. In: *Correio do Povo* (Suplemento Rural). Porto Alegre, 15 de fevereiro de 1957 *apud* BONES, Elmar; HASSE, Geraldo. Op. cit., pp. 183-184.

para preservar o rio. O ambientalista lembrou-se, então, de declarações que fizera em programas de televisão naquele período:

Quando o DMAE fez aquele tubão no Guaíba, 15 ou 20 anos atrás, apareceu no jornal [...] um anúncio de página inteira com o perfil de uma figueira em primeiro plano e o Guaíba ao fundo: “Estamos trabalhando pela ecologia do Guaíba”, mais ou menos assim, “estamos fazendo o emissário”. Emissário! A tecnocracia quando faz coisas feias sempre coloca nomes bonitos. [...] Esses caras põem o nome de emissário. E aí todo mundo fica pensando, ‘emissário do quê?’. Poucos dias depois, a Tânia Carvalho me chamou para o programa dela. [...] “Lutz, me explica uma coisa: que negócio é esse de capacidade ociosa?” O chefe do DMAE havia dado uma explicação técnica dizendo que o Guaíba tinha uma capacidade ociosa para receber esgoto, baseado na vazão de esgoto e na corrente do rio. [...] E um dos argumentos que usavam é que o Guaíba tinha uma capacidade ociosa para dois metros cúbicos de esgoto por segundo. [...] A gente tem que traduzir o que eles dizem. Onde é que se viu um rio com capacidade ociosa para porcaria?⁹⁹

Ao lado disso, o movimento ambientalista gaúcho teve um papel importante na preservação de espaços naturais de grande valor paisagístico na região do Guaíba, como o Parque Estadual de Itapuã, criado pelo governo do estado em 1973, a partir de um trabalho realizado por uma comissão da AGAPAN. O parque está situado numa região de excepcional beleza, na confluência do Guaíba com a Lagoa dos Patos, em Viamão. A sua efetivação só ocorreu nos anos 1990, depois da desativação de pedreiras, da desapropriação de antigos ocupantes e da retirada de casas de veraneio clandestinas em suas praias.¹⁰⁰ Hoje muito freqüentado por porto-alegrenses e moradores de cidades vizinhas da região metropolitana, Itapuã serve como um testemunho do que eram as praias do Guaíba, em Porto Alegre, antes de sua urbanização e degradação ambiental.¹⁰¹

A pressão exercida pelos ambientalistas pesou muito para que o governo do estado do Rio Grande do Sul lançasse, em 1981, o Projeto Rio Guaíba, o primeiro programa visando à despoluição do rio e de sua bacia. E a sua ação também foi decisiva no sentido de contrapor-se à solução proposta por este programa, do envio do esgoto não tratado de Porto Alegre para a Ilha das Flores, em área de preservação permanente, no Parque Estadual do Delta do Jacuí.¹⁰²

4.4. Na Porto Alegre das praias poluídas... : o protesto nas ondas do rádio

⁹⁹ LUTZEMBERGER, José. Quando cloaca vira emissário. In: BONES, Elmar; HASSE, Geraldo. Op. cit., p. 108. Lutzemberger também fazia críticas à idéia de concentrar os esgotos em grandes redes, mesmo para fazer o seu tratamento, e defendia que este fosse feito, sempre que possível, nas bacias de origem, em pequena escala, de modo a evitar obras dispendiosas e a alocação de grandes áreas para as estações de tratamento de esgotos (Ver: LUTZEMBERGER, José. Soluções tecnocráticas. In: Idem, pp. 108-110).

¹⁰⁰ BONES, Elmar; HASSE, Geraldo. Op. cit., p. 41. No início dos anos 1970, a região do futuro Parque de Itapuã, com suas praias, matas e morros, começava a despertar o interesse turístico dos porto-alegrenses. Ver: Itapoã, este diamante à espera de lapidação. In: *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 30 de novembro de 1971, pp. 38-39 e 56.

¹⁰¹ Fotografias e informações sobre esta e outras áreas na orla do Guaíba podem ser vistas em KNIPPLING, Geraldo Werner. *O Guaíba e a Lagoa dos Patos*. Porto Alegre: Ed. do autor, 1993.

¹⁰² SOARES, Vânia Fonseca. Op. cit., pp. 85-89. E também: PINTO, Leila, MOHR, Udo. *Guaíba Vive*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1989 (relatório de divulgação e discussão do Programa Guaíba Vive).

Contrastando com a linha editorial dos principais jornais de Porto Alegre, e de suas emissoras de rádio e televisão, a Rádio Continental 1120 AM serviu, durante a maior parte da década de 1970, como local de expressão das manifestações culturais e das reivindicações do público jovem da cidade, e de uma visão, até certo ponto, questionadora, em plena época do regime militar.¹⁰³ Assim, ainda no período mais repressivo do regime, no governo do general Médici, a Continental foi, por diversas vezes, alvo de intervenções da censura, principalmente devido a informações e/ou comentários veiculados em seus programas informativos, como o “1120 é notícia”.¹⁰⁴ E a crítica à crescente degradação ambiental na região de Porto Alegre, incluindo a poluição do Guaíba e de suas praias, era veiculada quase que diariamente, na programação da rádio, muitas vezes nos momentos em que a hora certa era fornecida, em chamadas como estas: “Na Porto Alegre do arroio podre ...”, “... do rio morto ...”, “... das praias poluídas ...”, “... da guerra ecológica, são ... horas, Continental”.¹⁰⁵

Ao lado disso, a Continental era o grande veículo de divulgação para a música popular urbana que era produzida em Porto Alegre no período, com uma intensidade que caracterizava um verdadeiro movimento, no qual se destacavam conjuntos como Os Almôndegas, entre outros. E alguns destes jovens artistas trataram da questão ambiental em canções de protesto, como foi o caso de Gilberto Travi e o Cálculo Quatro. O grupo teve duas canções que fizeram um bom sucesso na época, meados dos anos 1970, em Porto Alegre: “Monumento à poluição” e “Poluição”. A primeira criticava a Borregaard: “Lá na minha casa tem uma baita chaminé, que grandalhona que ela é [...]”, e a última falava da poluição do Guaíba: “Poluição, o que é que você fez do nosso rio, [...] que a vida nele agora está por um fio. Pobre Guaíba, quem te vê, quem te viu. [...]”. São letras um tanto ingênuas, ao atribuir os males a um ente abstrato, “a poluição”, mas que refletiam, de todo modo, e com bom humor, o mal estar que a degradação ambiental trazia às pessoas.

¹⁰³ A Rádio Continental 1120 AM, no ar desde 1962, foi adquirida pelo grupo Globo, no verão de 1971. Com a Continental, o grupo de Roberto Marinho visava conquistar audiência na faixa etária mais jovem, e, assim, deu ao diretor da emissora, Fernando Westphalen, liberdade para adotar uma linha mais independente. Deste modo, a Continental incluiu em sua equipe, além de radialistas que criaram uma programação musical voltada para o público jovem, até então inexistente no rádio gaúcho, vários jornalistas com militância política de esquerda, como Wladimir Ungaretti. Sobre a trajetória da Rádio Continental AM, podem ser vistos: (i) ENDLER, Sérgio. *Rádio Continental AM: histórias e narrativas, em Porto Alegre, de 1971 a 1981*. São Leopoldo: UNISINOS / PPG em Ciências da Comunicação, 2004 (tese de doutorado); (ii) HAESER, Lucio. *Continental: a rádio rebelde de Roberto Marinho*. Florianópolis: Insular, 2007.

¹⁰⁴ HAESER, Lucio, Op. cit., pp. 77-166.

¹⁰⁵ ENDLER, Sérgio, Op. cit., pp. 294-295.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das fontes consultadas indicou que o uso das praias do Guaíba, embora tenha sido intenso, especialmente entre a década de 1940 e o início dos anos 1970, não era percebido pelos porto-alegrenses como algo que tivesse um valor social muito significativo. Durante todo este período, e mesmo antes, as praias fluviais eram, quase sempre, representadas na imprensa local apenas como um substituto mais próximo e mais em conta do que as praias de mar. O trabalho de pesquisa permitiu concluir que as elites sociais de Porto Alegre não foram capazes de se apropriar da orla do rio e de suas praias como um elemento significativo da identidade urbana da capital.

Em contraste com a presença de bairros afluentes e de clubes de vela freqüentados pelas elites na orla sul do rio, as praias já sofriam um processo de abandono antes mesmo do agravamento da poluição pelos esgotos não tratados. E a necessidade de sua interdição, a partir de 1973, alguns anos depois das primeiras denúncias do problema, não foi percebida como um problema grave, salvo por alguns segmentos específicos, como o movimento ambientalista, o qual tinha na poluição do rio, contudo, apenas uma de suas muitas preocupações. A questão da Borregaard dominava a agenda política, compreensivelmente, e, ao lado disso, a imprensa dava um grande destaque à recém inaugurada auto-estrada para o litoral, a *freeway*. No âmbito municipal, o DMAE, órgão responsável pela gestão dos recursos hídricos, embora já ciente da extensão do problema, através do monitoramento da poluição do rio, via-se limitado frente a uma tarefa muito superior aos recursos de que dispunha, e que só poderia ser enfrentada em conjunto com o governo do estado. De todo modo, a conjuntura política da época não permitiu que houvesse uma discussão aprofundada com respeito à instalação do emissário subfluvial, anunciado pela prefeitura municipal, através do DMAE, como solução do problema.

Grande parte dos testemunhos compilados considerou o acesso mais fácil e rápido ao litoral marítimo tão ou mais importante do que a poluição como causa para a decadência das praias do Guaíba. Esta percepção não é de se estranhar, considerando o exposto acima. Quanto a isto, talvez se possa dizer que é, também, o reflexo de uma atitude bem característica do modo de vida predominante até o surgimento de uma consciência maior da finitude dos recursos naturais. Este modelo só começou a se transformar quando a crise ambiental se tornou evidente, nas últimas décadas do século 20. Trata-se, aí, da exploração extensiva de um recurso até o seu esgotamento, quando é abandonado, repetindo-se o processo em outro local, como lembrado por Lutzemberger

em sua palestra ante a Comissão Parlamentar da Poluição e do Meio Ambiente, em 1972, “até que não haja mais praias em lugar nenhum.”

Eventos como a perda das praias do Guaíba, pela poluição, portanto, não devem ser entendidos como o fim de uma “era dourada” destruída pelo “progresso”, mas sim como sintomas do desequilíbrio ambiental, fruto do desenvolvimento de um determinado modo de vida, socialmente constituído, cujos impactos ainda podiam, até então, ser absorvidos pelo ambiente natural, sem maiores danos. Somente a percepção de seus efeitos sobre o meio ambiente e a qualidade de vida é que pode levar a um ponto de inflexão, no sentido da busca por um modelo mais equilibrado de desenvolvimento, que não leve à exaustão dos recursos naturais. No caso específico em estudo, a recuperação plena do Guaíba e de suas praias só será possível pela realização de esforços no longo prazo, e suportados pela vontade política da sociedade em investir recursos consideráveis no saneamento básico e no tratamento de esgotos, mas também no controle dos poluentes industriais e agrícolas e do desmatamento das margens dos rios, e na educação ambiental.

Neste sentido, muito já tem sido feito, desde aquele período até agora, embora os resultados ainda estejam bem longe de serem alcançados. Com a pressão de setores mais engajados da sociedade civil sobre os governos, foi possível preservar as áreas dos parques estaduais de Itapuã e do Delta do Jacuí, recuperar praias populares como a do Lami, no extremo sul de Porto Alegre, e implantar medidas mais rígidas de controle da poluição industrial. Mas a defesa do meio ambiente e da justiça ambiental ainda estão longe de serem vistas como prioritárias por eleitores, partidos e governos, no estado e no país, pois ainda não prevalece a percepção de seus benefícios para a obtenção de um desenvolvimento socialmente justo e equilibrado. E a memória de quando as praias do Guaíba eram desfrutadas pelos porto-alegrenses, embora ainda persista nos testemunhos de algumas pessoas, já foi bastante afetada depois de todos esses anos. É, talvez, a maior vítima da demora neste processo de recuperação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BULHÕES, Thiago Muradas. *Rio-centro*. Porto Alegre: UFRGS / PPG em Arquitetura, 2004 (dissertação de mestrado).
- CARNEIRO, Luiz Carlos da C., PENNA, Rejane. *Porto Alegre – de aldeia a metrópole*. Porto Alegre: Marsiaj Oliveira; Oficina da História, 1992.
- CARNEIRO da SILVA, Victor A. A (in) *sustentabilidade da metrópole contemporânea. O programa de despoluição da Baía de Guanabara sob a ótica das interseções entre “justiça ambiental” e “projeto ecológico”* Rio de Janeiro: UFRJ / PROURB, 2006 (tese de doutorado).
- CARVALHAL, Tania Franco, TIMM, Edgar (fotografias) e TIMM, Liana (ilustrações). *Crônica de um rio*. Porto Alegre: Riocell, 1987.
- CRUZ, Cassius Marcelus, FERNANDEZ, Érico Pinheiro e GOMES, Rodrigo de Aguiar. *Belém Novo (Memória dos Bairros)*. Porto Alegre: UE / Secretaria Municipal da Cultura, 2000.
- DRUMMOND, José Augusto. *A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. In: (<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arg/84.pdf>, acessado em março de 2007).
- DUARTE, Regina Horta. *História & natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- FERNANDEZ, Érico Pinheiro. Zona Sul de Porto Alegre: pensar hoje o que será ontem. In: DORNELLES, Beatriz (org.). *Porto Alegre em destaque: história e cultura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, pp. 245-270.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1988.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu – São Paulo: 1890 a 1940*. São Paulo: Alameda, 2006.
- MARTINS, Marcos Lobato. *História e meio ambiente*. São Paulo: Annablume / Faculdades Pedro Leopoldo, 2007.
- MENEGAT, Rualdo, PORTO, Maria Luiza, CARRARO, Clóvis Carlos, FERNANDES, Luís Alberto Dávila (coord.). *Atlas Ambiental de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1998
- MONTEIRO, Charles. A cidade em busca da modernidade: fotorreportagens sobre Porto Alegre na Revista do Globo (1950-1960). In: *VII Encontro Estadual de História - ANPUH/RS História, Memória e Testemunho*, 2004, Pelotas. Anais do VII Encontro de História - ANPUH/RS História, memória e testemunho. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2004. V. 1 CD-R. p. 1-12.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. (coord.). *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991.
- POSSAMAI, Zita Rosane. *Cidade fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos – Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930*. Porto Alegre: UFRGS / PPG em História, 2005 (tese de doutorado).

RONCAGLIO, Cynthia. *Emblema do patrimônio cultural no Brasil: a natureza como artefato cultural*. Curitiba: UFPR / PPG em Meio Ambiente e Desenvolvimento – habilitação em Metodologia e Epistemologia Ambiental, 2007 (tese de doutorado).

SOARES, Vânia Fonseca. *A Abertura Política e os Movimentos Sociais em Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS / PPG em História, 2002 (dissertação de mestrado).

SOUZA, Célia Ferraz de, MÜLLER, Dóris Maria. *Porto Alegre e sua evolução urbana* (2ª. Ed.). Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 2007.

VERDUM, Roberto, BASSO, Luís Alberto, SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (org.). *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. In: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/85.pdf>, acessado em abril de 2007.

FONTES

1. Documentos Oficiais

COMISSÃO DE SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, Atas – Período de 1965 a 1976.

RIO GRANDE DO SUL. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. *Poluição e desenvolvimento*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1972. Anais da Comissão Parlamentar Especial que estudou os problemas da poluição e do meio ambiente.

2. Memórias e Publicações Diversas

ASSIS, Kleber Borges de. *O rio que não é rio*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1960.

BONES, Elmar; HASSE, Geraldo. *Pioneiros da ecologia – breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Já Editores, 2002.

CENTRO DE PESQUISA HISTÓRICA / Coordenação de Memória Cultural / Secretaria Municipal de Cultura / Prefeitura Municipal de Porto Alegre. *História dos bairros de Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, (http://www.lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/historia_dos_bairros_de_porto_alegre.pdf, acessado em abril de 2007)

ENDLER, Sérgio. *Rádio Continental AM: histórias e narrativas, em Porto Alegre, de 1971 a 1981*. São Leopoldo: UNISINOS / PPG em Ciências da Comunicação, 2004 (tese de doutorado).

FREITAS, Amadeu Fagundes da Rocha. *O destino dos esgotos de Pôrto Alegre em face da poluição do Guaíba*. Porto Alegre: Ed. da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962 (tese para provimento de cátedra na Faculdade de Arquitetura).

PELLIN, Roberto. *Revelando a Tristeza*. Porto Alegre: Ed. do autor, 1979 (Vol. 1) e 1996 (Vol. 2).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS. *Histórico dos sistemas de água e esgotos da cidade de Porto Alegre- 1779 a 1981*. Porto Alegre, 1981.

SPEGGIORIN, João Carlos. *A gestão de uma empresa pública de saneamento na voz de seus dirigentes – o caso do DMAE*. Porto Alegre: UFRGS / PPG em Administração, 1999 (dissertação de mestrado).

3. Relatórios Técnicos

BENDATI, Maria Mercedes et. al. V-076 - Avaliação da qualidade da água do lago Guaíba (Rio Grande do Sul, Brasil) como suporte para a gestão da bacia hidrográfica, disponível em <http://www.asegergs.org.br/biblioteca/saneamento-basico/avaliacaoagua>, acessado em setembro de 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS – DIVISÃO DE PESQUISA (DVP). Coleção Digital – 20 anos da DVP. Porto Alegre, 2007 (CD-ROM).

4. Periódicos

Jornais de Porto Alegre

Correio do Povo – a partir de 1950; *Folha da Tarde* – no período de 1965 a 1973; *Zero Hora* – a partir de 1965. A pesquisa nestes jornais foi realizada no Setor de Imprensa do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa e no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Revistas

Revista do Globo, Porto Alegre – todo o período de sua publicação (1929 a 1967). A consulta aos exemplares digitalizados deste periódico foi feita através da página virtual do Laboratório de Acervos Digitais do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (IPCT / PUCRS), http://www.ipct.pucrs.br/letras/index_allglobo.shtml, acessada no período de março a outubro de 2007.

Realidade, São Paulo – maio de 1972. Esta revista foi consultada no Setor de Imprensa do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

5. Imagens

Além das imagens fotográficas contidas na *Revista do Globo* e nos jornais de Porto Alegre citados acima, foram acessadas as imagens fotográficas da cidade de Porto Alegre disponíveis na Fototeca Sioma Breitman, do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo, e no Setor de Fotografia do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

6. Música Popular

TRAVI, Gilberto: Poluição (canção). Versão disponível em:

<http://www.youtube.com/watch?v=LZryS9UoG74>, acessado em setembro de 2009.

_____. Monumento à poluição (canção). Gravação original disponível em HAESER, Lucio. *Continental: a rádio rebelde de Roberto Marinho*. Florianópolis: Insular, 2007 (em CD anexo ao livro).

7. Testemunhos Orais

Além dos testemunhos compilados de fontes já citadas, muitas outras pessoas foram ouvidas sobre o tema, entre as quais cabe destacar: Maria Thereza Dias Prestes, Luiz Carlos Borba Prestes, Clóvis Moreira Dias, José Alberto Cecconi Carvalho, Márcia Elisa de Oliveira, Luiz Antonio Sandri, Roberto Debiasi Sirangelo e Lisete Kogler Anele.